

SOLANGELO FONSECA DA COSTA

**A GESTÃO DO COMERCIO AMBULANTE NO
MUNICÍPIO DE BELÉM DO PARÁ**

Orientador: Professor Doutor Ricardo Figueiredo Pinto

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Escola de Ciências Económicas e das Organizações

Lisboa
2016

SOLANGELO FONSECA DA COSTA

**A GESTÃO DO COMERCIO AMBULANTE NO
MUNICÍPIO DE BELÉM DO PARÁ**

Dissertação defendida em provas públicas para obtenção do Grau de Mestre em Gestao de Empresas na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, no dia 15 de junho de 2016, perante o júri, nomeado pelo Despacho de Nomeação nº: 264/2016, de 15 de junho de 2016, com a seguinte composição:

Presidente:
Professor Doutor António Augusto Teixeira da Costa

Arguente:
Professor Doutor Mário Fernando Carrilho Negas
(Univ. Aberta)

Orientador:
Professor Doutor Ricardo Figueiredo Pinto

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Escola de Ciências Económicas e das Organizações

Lisboa
2016

Índice

Resumo.....	04
Abstract.....	05
Introdução	06
Enquadramento Teórico.....	09
As Teorias e Práticas na Gestão Pública.....	09
Exigências Para se Tornar um Microempreendedor Individual.....	24
Carga Tributária do MEI.....	27
A Atividade Ambulante no Município de Belém – o caso da feira de artesanato na.....	
Praça da República.....	31
O Comércio Ambulante como Perspectiva de Geração de Emprego e Renda.....	45
Metodologia.....	56
Resultados.....	58
Conclusão.....	68
Referências.....	70

RESUMO

Este estudo teve como objetivo geral analisar de que forma é feita a gestão do comércio ambulante no complexo da Praça da República na ótica dos comerciantes do complexo e como objetivos específicos verificar o perfil dos comerciantes em relação ao gênero, faixa etária, número de empregados, tempo de trabalho na praça e produtos comercializados, e identificar os pontos positivos e negativos do comércio ambulante por parte da Prefeitura Municipal de Belém. O estudo foi do tipo exploratório e descritivo, a população foi de 696 comerciantes e a amostra foi de 185 comerciantes. A coleta de dados foi feita por meio de entrevista utilizando-se um questionário contendo perguntas abertas e fechadas. Observou-se como principais resultados 51% dos comerciantes é do gênero feminino, 72% dos entrevistados estão na faixa etária entre 20 a 55 anos de idade, o comércio emprega diretamente 2 a 10 empregos (21%). 20% dos produtos comercializados não são produtos pensados inicialmente para serem comercializados. Várias são as queixas dos comerciantes sobre a atuação da PMB que vão desde a falta de segurança a falta de uma efetiva fiscalização. Conclui-se que o comércio ambulante investigado é de suma importância para o município de Belém em relação a vários aspectos como para o turismo local, porém requer também que a prefeitura local faça uma ampla avaliação da gestão deste comércio visando um melhor atendimento ao público frequentador do complexo e uma melhor qualidade de trabalho dos comerciantes.

Palavras-chave: comércio ambulante. Gestão pública.

ABSTRACT

This study aimed to analyze how is made the management of street vendors in the Republic Square complex in the view of the complex merchants and aimed at verifying the profile of traders in relation to gender, age, number of employees, working time in the square and marketed products, and identify the strengths and weaknesses of street vendors by the City of Bethlehem. the study was exploratory and descriptive, the population was 696 traders and the sample was 185 merchants. Data collection was done through interviews using a questionnaire containing open and closed questions. It was observed as main results 51% of traders are female, 72% of respondents are aged between 20-55 years of age, trade directly employs 2 to 10 jobs (21%). 20% of marketed products are not initially thought to be marketed. There are several complaints from traders about the performance of PMB ranging from the lack of security the lack of effective supervision. It is concluded that the investigated itinerant trade is of paramount importance for the city of Bethlehem in relation to various aspects as well as local tourism, but also requires that the local government make a comprehensive assessment of the management of this trade to provide a better service to the public goer the complex and a better quality of work of traders.

Keywords: Street trade. Public administration.

Introdução

A cidade de Belém, capital do estado do Pará, fica localizada na região norte do Brasil, sendo uma das principais capitais econômicas desta região do Brasil.

No dia 11 de janeiro de 2016 completou 400 anos, cidade de um povo acolhedor que como várias outras cidades brasileiras, sofreu influências europeias e em especial de Portugal. Ainda é uma das capitais brasileiras com maior quantitativo de portugueses ou de moradores descendentes de portugueses.

Cidade conhecida como “Cidade das Mangueiras” por tradição possui muitas mangueiras por toda a cidade na qual seus moradores podem saborear seu delicioso fruto de forma muito natural colhendo este fruto que cai frequentemente das árvores às vezes trazendo danos aos veículos automotivos devido a grande altura que os mesmos caem, de até 10 metros de altura.

A cidade de Belém, como várias outras capitais de estados brasileiros, tem parte de sua economia pautada no mercado informal, e em especial com o comércio ambulante. Este comércio tem-se observado seu crescimento a medida que o Brasil tem aumentado seus problemas políticos e econômicos, agravado pelo desemprego que vem contribuir também para aumentar a busca de alternativas de trabalho, em especial dos menos favorecidos, temporários como o comércio ambulante.

Entretanto o comércio ambulante em Belém já possui uma tradição ao longo dos anos, e um dos espaços públicos mais procurados para este fim é o comércio ambulante existente no Complexo da Praça da República, uma das duas principais praças da cidade, que reuni vendedores de vários produtos, indo desde artesanatos a comidas típicas.

Local de muito desejo para aqueles que precisam desta atividade para sobreviver, pois é também um dos principais pontos turísticos da cidade que reuni nos feriados, sábados e domingos um grande contingente de interessados em passear na referida praça.

Neste sentido a Prefeitura Municipal de Belém (PMB) vem ao longo dos anos buscando aperfeiçoar como gerir o comércio ambulante existente por várias décadas no

intuito de melhor atender aos comerciantes bem como aqueles que buscam este espaço como um momento de lazer pessoal e familiar.

Para tal o atual governo municipal baixou um decreto - Decreto Municipal N.º 67961, 03 DE OUTUBRO DE 2011 –, de acordo com a Lei Orgânica do Município-LOM, que visa melhor regulamentar o uso do espaço público em questão e com isso realizar uma melhor gestão pública deste bem público que é o Complexo da Praça da República, formado pelas Praças da República, João Coelho e da Sereia.

Considerando que é dever do Município promover a preservação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico e paisagístico;
Considerando que o Complexo da Praça da República, formado pelas Praças da República, João Coelho e da Sereia é um espaço de lazer, de esporte, de contemplação e de realização de intensa interação social e econômica;

Considerando a necessidade de promover o ordenamento, a disciplina, a conservação, o controle e a fiscalização das atividades desenvolvidas no Complexo da Praça da República, com o objetivo de preservar o seu patrimônio artístico, histórico, cultural e ambiental, assegurando um ambiente preservado e equilibrado social e ecologicamente para a presente e futuras gerações;

Para que o leitor possa ter uma compreensão do referido Decreto destacamos a seguir os Artigos 1º. e 2º. que contemplam de forma clara suas principais intenções.

Art. 1º O planejamento, a organização e a racionalização do uso, com sustentabilidade, de espaços nos logradouros do Complexo da Praça da República, formado pelas praças da República, João Coelho e da Sereia, para o exercício de atividades econômicas, sociais e culturais, obedecerá ao disposto neste Decreto, de acordo com as normas e princípios do Código de Posturas e Plano Diretor do Município de Belém, da Lei municipal nº 7.862, de 30 de dezembro de 1997, da Lei federal nº 10.257, de 10 de julho de 2011, (Estatuto das Cidades), da Lei federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e, sem prejuízo das exigências previstas em leis especiais.

Art. 2º São permitidas as seguintes atividades econômicas no Complexo da Praça da República:

I – venda de artesanato;

II – venda de pequenos produtos industrializados;

III – venda de produtos diversos, compreendendo confecções em geral, bijuterias, miudezas, brinquedos, calçados, bolsas, cintos e similares;

IV – venda revistas, jornais e similares;

V – venda de coco;

VI – venda de sorvete, picolé, pipoca, biscoito, beijo de moça, rosca, água mineral, refrigerantes e sucos industrializados;

VII – venda de pequenos serviços, tais como: locação de carrinho, fotográficos, engraxate, tatuagem em rena, consertos de relógio e celular, e similares;

VIII – atividades artísticas, educativas e culturais;

IX – venda de quadros, antiquários, plantas e peixes ornamentais;

X – venda de doces;

XI – venda de salgados;

XII – venda de sucos e compotas artesanais de frutas regionais.

Parágrafo único. A venda de comidas típicas, lanches, café da manhã e refeições em geral são permitidas exclusivamente no prédio da “Praça da Alimentação” destinado a este fim, localizado na Avenida Assis de Vasconcelos, em frente à Praça da República.

De acordo com o exposto anteriormente e pela inquietação e curiosidade do pesquisador este estudo buscou responder a seguinte questão de pesquisa: de que forma é feita a gestão do comércio ambulante no complexo da Praça da República na ótica dos comerciantes do complexo?

Visando responder esta questão o estudo teve como Objetivo Geral Analisar de que forma é feita a gestão do comércio ambulante no complexo da Praça da República na ótica dos comerciantes do complexo e como Objetivos Específicos Verificar o perfil dos comerciantes em relação ao gênero, faixa etária, número de empregados, tempo de trabalho na praça e produtos comercializados, e Identificar os pontos positivos e negativos do comércio ambulante por parte da PMB.

Enquadramento Teórico

As Teorias e Práticas na Gestão Pública

A sociedade para ter suas necessidades atendidas precisa de serviços, estes são prestados pelo estado, quando referendamos o estado, estamos citando as esferas estaduais, municipais e federais, estes entes públicos são responsáveis por gerir o bem estar da população, fornecendo serviços essenciais para o funcionamento harmônico da sociedade. Todavia, é comum nos depararmos com usuários dos serviços públicos insatisfeitos com tais serviços prestados. Na área da saúde, na educação, na segurança pública, no Brasil, por exemplo, a maioria das capitais expõem índices catastróficos destes serviços citados. Para Barcelos e Carvalho (2012, p.02).

O principal objetivo da Administração Pública é realização do bem comum, ou seja, o atendimento do interesse da sociedade. Ocorre que as necessidades da população são ilimitadas enquanto que os recursos públicos disponíveis são insuficientes, fazendo com que o Governo estabeleça prioridades, e defina metas e objetivos que deverão ser alcançados.

Este fato se deve a um modelo de gestão pública ultrapassado, um modelo baseado na estrutura departamental e hierárquica que há muito não se utiliza na gestão privada, um modelo antigo baseado na comunicação formal e na incompetência gerencial onde se presencia a teoria do caos. As falhas nos cumprimentos de etapas básicas de processos organizacionais, as estruturas organizacionais ultrapassadas e piramidais, as indicações de chefias que por muito são ocupadas por pessoas não tem competências mínima para exercer o cargo. A gestão pública no Brasil necessita com urgência passar por reformulação. Segundo Reami (2013).

A administração pública é a atividade de gerir o Estado, a coisa pública. Ela se configura como uma atividade, que, juridicamente, está sujeita a vários princípios, normas que pautam os atos e ações do agente público.

Existem inúmeras ferramentas de gestão privadas que poderiam ser empregadas na gestão pública e assim dar ao usuário serviços com eficiência e eficácia, o planejamento estratégico, a gestão por processo, as tomadas de decisões estratégicas, trariam

agilidade e menor complexidade ao ente público diminuindo o grau burocrático e facilitando o andamento de suas atividades e a tomada de decisão, estas por sua vez trariam melhoramento nos serviços prestados. Destacamos também a morosidade na resposta às demandas dos cidadãos, e tudo se deve ao baixo grau de eficácia na prestação de serviço e ao alto grau burocrático na prestação de cada tipo de serviço.

Todavia, vale ressaltar que à sociedade precisa de imediato evoluir intelectualmente para acompanhar a evolução do estado, a gestão pública não é uma atividade impar dependente univocamente do ente público, mas sim uma atividade ambígua que depende diretamente do receptor do serviço prestado. Por muito nos deparamos com usuários dos serviços públicos que não fazem valer seus direitos de cidadão, ou mesmo cumprir seu papel social. Para se fazer uma gestão pública eficiente e eficaz todos devem participar, direta ou indiretamente. Segundo Rocha e Oliveira (2012).

Para que a Administração Pública alcance a eficiência deve almejar a qualidade na prestação de serviços a sociedade, buscando a perfeição para alcançar resultados positivos com menor dispêndio de recursos públicos. Dessa forma, o administrador de recursos públicos deve obedecer ao princípio da eficiência de forma obrigatória, pois no exercício da atividade de Controle Interno serão avaliados não só a legalidade do gasto, mas também os resultados obtidos.

Na contramão deste conceito, citamos dentre outras a previdência social, no Brasil inúmeros cidadãos que nunca contribuíram com o sistema previdenciário chegam ao período de aposentadoria e usufruem do serviço como se os mesmos tivesse feito sua parte para com a previdência social, enquanto muitos que contribuíram por anos, quando chegam à data base passam anos lutando contra um processo burocrático tentando receber o que é seu por direito, a pergunta que fazemos é como manter um sistema de previdência onde aquele que não contribuiu terá direitos a receber quando tiver a idade de receber tal benefício? Matematicamente os números não conseguem convergir.

Segundo Sechi (2009, p.348), “as administrações públicas em todo o mundo realizaram mudanças substanciais nas políticas de gestão pública (PGPs) e no desenho de organizações programáticas (DOPs)”. O populismo brasileiro deve ser deixado para traz sob pena de o país viver uma grave crise econômica e financeira por conta do excessivo assistencialismo disponibilizado pelo governo. Ainda segundo o mesmo autor (2009, p.348), “essas reformas administrativas consolidam novos discursos e práticas derivadas do setor

privado e os usam como *benchmarks* para organizações públicas em todas as esferas de governo”.

Destacamos ainda os regimes tributários, como o país é assistencialista este se torna muito caro para os que realmente trabalham e custeiam a engrenagem assistencialista, na atual conjuntura um trabalhador disponibiliza 4 (quatro) meses do ano de 100% de seus proventos para pagar tributos, ou aproximadamente 25% de seu salário mensal é destinado ao fisco, um percentual muito alto para uma parte da população que ainda necessita pagar escola privada, saúde privada e segurança privada pois o este pública não faz valer os altos custos tributários.

Para contribuir com este descalabro existe ainda um descontrole total dos recursos arrecadados, as instituições responsáveis por fiscalizar a aplicação dos recursos estão desestruturadas não conseguindo exercer seu papel constitucional. Segundo Rocha e Oliveira (2012), a Constituição Federal de 1988 em seu Art. 70 estabelece que “o controle da execução orçamentária e financeira da União, Estados, Municípios e Distrito Federal deverá ser exercido pelos poderes Legislativo e Executivo, mediante controle externo, e pelo sistema de Controle Interno de cada poder”.

Dentre outros desserviços públicos no Brasil, citamos também a estrutura urbana, serviços de transportes coletivos que não funcionam em nenhuma capital do país, sistemas de contratações licitatórias fraudulentas que prestigiam grandes empresários, que para ganhar os contratos precisam fazer acordos que tornam a prestação de serviço onerosa, e para obterem o lucro desejado acabam por reduzir a qualidade na prestação do serviço e como consequências têm um serviço de transporte público de péssima qualidade, ineficiente e sem investimento contínuo, o que acaba causando o fenômeno dos engarrafamentos quilométricos que identificamos em todas as cidades do país. Segundo Meirelles (2007, p.84).

...a Administração Pública é o conjunto de órgãos e serviços do Estado e objetivamente é a expressão do Estado agindo in concreto par satisfação de seus fins de conservação, de bem-estar individual dos cidadãos e de progresso social. Na amplitude desse conceito entram não só os órgãos pertencentes ao Poder Público como, também, as instituições e empresas particulares que colaboram com o Estado no desempenho de serviços de utilidade pública ou de interesse coletivo, ou seja, a Administração centralizada (entidades estatais) e a

descentralizada (entidades autárquicas, fundacionais e empresariais) e os entes de cooperação (entidades paraestatais).

Estes desserviços públicos são identificados em todas as esferas quando se trata de Brasil, nas malhas ferroviárias antigas e sem manutenção, nos aeroportos reformados com valores superfaturados e que muitos tinham data de entrega no ano de 2012 e ainda em 2016 continuam em obra e com orçamento sempre em aditivo de contrato, no portos ultrapassados que não atendem a demanda da indústria nacional, e que cobram uma das maiores taxas encontradas no mundo. Na estrutura elétrica debilitada e sem investimento que a torne eficaz para a indústria ou mesmo à população que acaba em períodos de estiagem pagando uma das tarifas mais caras do mundo, em função da má gestão pública e da falta de planejamento para períodos de crise.

Porém, antes de discutirmos mais profundamente a estrutura gerencial de setor público devemos procurar entender os principais conceitos sobre gestão pública, seu contexto histórico e sua evolução no decorrer das últimas décadas, e estudar também qual a sua importância para o desenvolvimento estrutural e social da população, quando à discussão é desenvolvimento, geração de emprego e renda o foco do estudo deve estar em entender a função do estado para o bom andamento do processo de desenvolvimento.

A gestão pública é conceituada de forma objetiva como a ação concreta e imediata que o Estado desenvolve para assegurar os interesses coletivos e subjetivamente como o conjunto de órgãos e de pessoas jurídicas aos quais a Lei atribui o exercício da função administrativa do Estado. São inúmeras as ferramentas de gestão que vem sendo utilizada pela gestão pública visando o melhoramento dos serviços prestados à população, a cada dia se fala, mas na eficiência e eficácia na área pública. Segundo Rocha e Oliveira (2012), a eficiência é o atributo essencial que justifica a existência de uma organização administrativa, ela não se preocupa com os fins, mas com os meios e se insere nas operações voltada para os aspectos internos da organização. Dessa forma, quem se preocupa com os fins, em atingir os objetivos é a eficácia, que é a capacidade de fazer as coisas certas ou de conseguir alcançar os resultados.

Nesse sentido a gestão pública se faz cada vez mais necessária no cotidiano da gestão privada, as ferramentas de políticas públicas aplicadas no mercado influenciam diretamente no resultado alcançado pelas empresas, logo as atividades públicas devem seguir

a tendência global do mercado em tratar as atividades gerenciais de forma a proporcionar aos clientes o melhor serviço. Segundo Andrade (2010), para que a Administração Pública alcance a eficiência deve almejar a qualidade na prestação de serviços à sociedade, visando atingir a perfeição para alcançar as suas metas de forma positiva com menor desperdício de recursos públicos. Dessa forma, o administrador de recursos públicos deve obedecer ao princípio da eficiência de forma obrigatória, pois no exercício da atividade de Controle Interno serão avaliados não só a legalidade do gasto, mas também os resultados obtidos.

O setor público, assim como a iniciativa privada, adotou o modelo burocrático como forma de organização estrutural. A racionalidade do modelo burocrático como forma de dominação, baseada na legalidade e com abrangência para todos os membros do grupo social, reduz a influência de outros tipos de dominação baseada em critérios pessoais que não se coadunam com o ambiente dos negócios. No modelo burocrático, as ordens passam a ser dadas de forma previsível e estável; determinam-se claramente os deveres e direitos de cada posto do trabalho, bem como, especifica-se o grau de especialização requerido. As comunicações verbais são substituídas pela comunicação escrita e pelos controles formais, segundo Magro e Pinto, (p.82, 2012);

A administração pública burocrática veio substituir as formas patrimonialistas de gestão e ganha importância em função da necessidade de maior previsibilidade e precisão no tratamento das questões organizacionais. Apresenta-se como reação ao nepotismo e subjetivismo, que tiveram lugar nos primeiros anos da Revolução Industrial. A partir da década de 30 deste século, ocorre um processo de expansão do aparelho burocrático do Estado, dado o movimento de utilização do investimento público também com propósitos estabilizadores. É um momento de aumento da base fiscal e tributária, garantindo os recursos necessários à mudança do papel alocativo do Estado, especialmente no período após a Segunda Guerra Mundial. A partir daí, tem lugar o fortalecimento do chamado Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*), assentado na ideia de prestação de serviços por parte do Estado, de forma a compensar a desigualdade na distribuição do produto social. Neste período, a prosperidade esteve alicerçada no compromisso social para a ampliação dos direitos básicos da população.

A adoção do modelo burocrático permite a implantação de mecanismos gerenciais que privilegiam a redução de custos e a otimização de resultados. Daí porque este modelo é ainda amplamente utilizado nas organizações produtivas e de prestação de serviços.

Com o advento da globalização, ampliando os mercados e as oportunidades de escolha dos consumidores e usuários de serviços; da informática, alterando profundamente as estruturas de controle e decisão de nações e empresas; e das comunicações, aliado às inovações tecnológicas, trazendo possibilidades de integração nunca antes imaginadas, o mundo vive uma era de prosperidade, e crise. A prosperidade é resultado de um maior dinamismo da atividade econômica e crise porque novas realizações destroem outras já realizadas, exigindo novos paradigmas para novas realidades. As organizações têm tentado acompanhar esse processo de mudança, através da incorporação de técnicas gerenciais, como a reengenharia, downsizing, gerenciamento da qualidade total, administração por objetivos e outras similares.

Estes novos fenômenos administrativos vão fazendo a gestão baseada nos modelos ultrapassados entrarem em desuso, segundo Secchi (2009) o modelo burocrático tornou-se o alvo das mais áspers críticas. O modelo burocrático weberiano foi considerado inadequado para o contexto organizacional contemporâneo por sua ineficiência constatada no decorrer de seu uso, morosidade, estilo auto referencial, e descolamento das necessidades dos cidadãos, a participação popular na gestão pública passa a ser peça fundamental para a obtenção dos resultados esperados.

Segundo PORTAL DA TRANSPARÊNCIA (2016), O controle social e a participação estão diretamente relacionados. Por meio da participação popular na gestão pública, os cidadãos podem auxiliar a administração na escolha de suas decisões, buscando a adoção de medidas que visem o interesse coletivo e que ao mesmo tempo exerça total fiscalização sobre as reais tomadas de decisões do estado, cobrando a prestação de contas do gestor público de sua atuação mediante suas ações.

A administração pública também sofre as influências dos novos tempos, até o estado-nação, do alto de seus quatrocentos anos de crescente imponência, se sente impulsionada pelas mudanças. As tendências do mercado condicionam o surgimento de blocos econômicos em detrimento das razões geopolíticas que sempre priorizam as suas ações.

Este vem reformulando sua forma de atuação através do desenvolvimento e implantação de reformas administrativas. A administração pública, à semelhança das organizações da iniciativa privada, adota práticas gerenciais envolvendo atividades meio e atividades fins. São estas últimas que se traduzem na prestação de serviços aos cidadãos. Porém, a governabilidade estará relacionada às ferramentas de controle social, e as políticas de gestão que beneficiem a geração de emprego e renda.

Para Salles (2010), quando o controle social é realizado de forma efetiva é capaz de elevar a gestão e a governabilidade, pois tende a impactar a máquina administrativa, promovendo maior transparência, agilidade e flexibilidade da Administração Pública, garantindo adaptabilidade de longo prazo de programas e políticas públicas de governo dentro do seu modelo de gestão. A eficiência e efetividade dos serviços afetam diretamente o conceito que o cidadão forma a respeito do serviço público, de seus administradores, funcionários e políticos. Por outro lado, os serviços também são afetados pelas crises pelas quais passa o Estado.

O momento, que é de transição, é também permeador de crise: crise financeira, crise de paradigma, de métodos e de instrumental de gestão, crise de governabilidade e de governança, crise de identidade, crise das formas políticas estatais. Os governos estão cada vez mais incapazes de atender às demandas sociais, e seu conceito perante a população tende a se agravar. Assim, Os serviços públicos, ameaçados pelas crises e transformações sociais, econômicas e políticas, também se desestabilizam e se deslegitimam, revelando a obsolescência dos paradigmas tradicionais de gestão das organizações públicas e o esgotamento da capacidade gerencial do estado.

Nesse sentido, segundo Santana (2011), o Brasil ainda possui grandes obstáculos a serem superados na Administração Pública em relação às suas formas de gerenciamento, de gestão e organização da máquina pública, perante seus recursos, bem como em relação aos seus investimentos, pois se observa que mesmo com mais de 500 anos de existência, ainda há erros ou ações que dificultam o crescimento social, político e econômico do país. As novas exigências demandam serviços públicos ágeis, eficientes e adaptados rapidamente ao surgimento de novas demandas alavancadas pela dinâmica das mudanças do mundo contemporâneo. A grande tarefa é redimensionar os serviços públicos.

As organizações não comprometidas com a satisfação do cidadão não prosperam e não irão prosperar, e, possivelmente, nem irão sobreviver, pois a satisfação com o atendimento é o resultado de um encontro dinâmico, no qual o consumidor avalia tanto o processo, quanto o resultado, atribuindo valor a ambos. Os esforços de reforma administrativa estão intrinsecamente vinculados à reformulação do papel do Estado na sociedade refletindo diretamente na prestação de serviços.

As administrações públicas adotaram o modelo burocrático como forma de organização durante a maior parte do século passado. Esse modelo burocrático atendia adequadamente porque a realidade era diferente dos dias de hoje. Se desenvolveu numa sociedade de ritmo mais lento, quando as mudanças ocorreram com menor rapidez. Desenvolvera-se numa era hierárquica, quando só os que ocupavam o topo da pirâmide social dispunham de informações suficientes para decidir adequadamente, numa sociedade cujos membros trabalhavam com as mãos e não com a cabeça.

O processo acelerado de mudança e as novas demandas e exigências impostas ao setor público exigiram formas mais dinâmicas de organização, de forma que a prestação de serviços venha a refletir as reais necessidades da sociedade. Segundo Andrade (2010), O momento intelectual é o da discussão sobre a redefinição do papel do Estado. Os contextos sociais, político e econômico de crise do Estado apontam para reformas de fôlego, o que implica, sobremaneira, em alteração de estruturas organizacionais. Em Chiavenato (2004, p.16): “o ambiente contemporâneo exige instituições extremamente flexíveis e adaptáveis, instituições que produzam bens e serviços de alta qualidade, assegurando alta produtividade aos investimentos feitos”.

Existe então a necessidade da busca de novas formas de gestão. Segundo Diniz (2000, p. 29), existe três formas de administrar o Estado: a administração patrimonialista, a burocrática e a gerencial. A patrimonialista não visa o interesse público, e se encontra em desuso, foi uma característica dos governos monárquicos, pois confundia o patrimônio do príncipe com o patrimônio público. A burocrática estabeleceu as bases para a administração profissional, tendo surgido no Brasil nos anos de 1930.

A forma burocrática, como citado anteriormente, prevaleceu durante muitos anos como a melhor forma de administração pública, prevaleceu até os anos de 1970 e só a partir de 1980 é que se começou a se colocar em prática a forma gerencial nos países de primeiro mundo e no Brasil nos anos de 1990: “A reforma gerencial busca criar novas instituições legais e organizacionais que permitem que uma burocracia profissional e moderna tenha condições de gerir o Estado brasileiro” (DINIZ, 2000, p.18).

O apego excessivo aos princípios da legalidade, aliado à herança do modelo patrimonialista e burocrático, criou nos funcionários públicos uma cultura caracterizada pelo baixo nível de criatividade, pela centralização das decisões, pelas poucas relações interpessoais, pela grande departamentalização e hierarquia rígida.

Nas culturas burocráticas, o investimento predominante é na produção de normas, regras e rotinas de funcionamento; o controle das pessoas, pela via das classificações, das estruturas organizacionais e das hierarquias é mais forte do que a prática da interação e da negociação; investe-se pouco nos mecanismos de cooperação e em atividades integradoras, prevalecendo a separação e, mesmo, o isolamento dos grupos dentro dos departamentos, divisões, setores e seções (CHIAVENATO, 2008, p.340).

A dimensão-gestão da reforma gerencial afeta diretamente a prestação de serviços, uma vez que pretende colocar em prática novas idéias gerenciais e oferecer à sociedade um serviço público de melhor qualidade. Cohn (2000, p.210), descreve quatro modelos de gestão que podem ser percebidos no setor público, representando cada um deles, momentos de distanciamento de modos clássicos de administração pública: impulso para a eficiência, *downsizing* e descentralização, em busca da excelência e orientação para o servidor público.

O modelo impulso para a eficiência representa uma tentativa de tornar o setor público mais próximo da iniciativa privada, incorporando uma administração baseada na maximização do valor do dinheiro e nos ganhos de eficiência.

O modelo de *downsizing* e descentralização caracteriza-se por uma mudança das formas padronizadas para um sistema com maior flexibilização, com a descentralização, redução das estruturas e dos quadros de pessoal, aumento da terceirização, criação de organizações híbridas, misto de público e privado, e mudança de gestão hierárquica para a gestão por contrato.

O modelo em busca da excelência representa a aplicação, no setor público, dos princípios da escola de relações humanas, enfatizando a importância da cultura organizacional e rejeitando a racionalidade do modelo impulso para a eficiência.

O modelo orientação para o servidor público é o menos desenvolvido. Representa a fusão de tecnologias de gestão dos setores público e privado. Sua ênfase encontra-se na preservação da responsabilidade na prestação de serviços públicos para usuários locais e cidadãos, o que não é observado nos outros modelos.

Como observa-se, os modelos de gestão na administração pública, de maneira geral, têm sido orientados para a busca da eficiência de técnicas gerenciais que privilegiam as áreas meio. Só recentemente os modelos voltados para resultados, principalmente para a prestação de serviços ao usuário cidadão, estão ganhando espaço, apesar de ainda não ser em muito disseminados e incorporados na cultura do setor público: “Em primeiro lugar, é preciso buscar formas de ampliar a oferta de serviços públicos, reduzindo o déficit e os custos impostos à população pelas filas, os atrasos e o mau atendimento” (Costa, 2000, p.269).

A administração pública, orientada ao usuário, pressupõe mudanças na cultura do setor público, o novo sistema deve funcionar privilegiando a conveniência dos usuários, no sentido de que estes possam ter opções de atendimento e conhecer, com precisão, onde obter informações sobre a qualidade e disponibilidade dos vários serviços existentes (Costa, 2000, p.57).

Existem nesta forma de pensamento, quatro variáveis importantes em uma cultura de prestação de serviços, a parceiro, que significa que servidores e usuários estão envolvidos num mesmo processo; o compromisso, que aponta para o fato de o atendimento estar sempre a serviço de alguém; a busca da qualidade, que traduz a procura incessante pela excelência, baseada em um conceito de qualidade mais alto que inclui a satisfação do usuário; e por último os resultados efetivos, que significa que a prestação de serviços deve procurar sempre produzir resultados com efeitos visíveis para os usuários, resolvendo seus problemas e satisfazendo realmente suas expectativas.

A administração voltada para o cidadão requer o desenvolvimento de novos valores e comportamento dos agentes públicos. Sendo assim, destacamos que tais mudanças não deverão se limitar ao departamento de atendimento, mas a todo o setor público, uma vez que esses departamentos estão totalmente interdependentes da cultura organizacional.

O envolvimento dos cidadãos leva os gestores e funcionários públicos a redefinirem seus papéis e a abandonarem suas atitudes auto referenciadas em favor da prestação de serviços. E, finalmente, a modernização administrativa, orientada para o cidadão, retira a imagem negativa que cerca os serviços públicos, estabelecendo um ambiente de apoio e confiança entre Estado e sociedade. Assim, segundo Secchi (2009), surgem dois modelos de gestão que auxiliam a administração pública a se enquadrar a essa nova demanda da sociedade, a administração pública gerencial (AGP) e o governo empreendedor (GE) são modelos organizacionais que incorporam prescrições para a melhora da efetividade da gestão das organizações públicas. O autor ainda destaca o movimento da governança pública (GP) que se traduz em um modelo relacional porque oferece uma abordagem diferenciada de conexão entre o sistema governamental e o ambiente que circunda o governo.

A administração pública, voltada para o cidadão, pressupõe o desenvolvimento de ações de atendimento transparentes, simplificados, ágeis e com pouca quantidade de contatos, livrando o usuário do confronto com seus inúmeros departamentos e repartições, programas e software, assim como seus inúmeros formulários e papelórios, documentos e processos desatualizados que geram descontentamento e frustração aos usuários dos serviços e a sensação de descaso e de cessão de seus direitos.

Analisar o que tem sido feito no Brasil, sobretudo na esfera local, tomando como base algumas das iniciativas reunidas e premiadas pelo próprio Programa Gestão Pública é, acima de tudo, descobrir que, nas diversas áreas de atuação do governo, entre elas Planejamento e Gestão, a questão social, o Desenvolvimento humano, a saúde e a educação, assim como o desenvolvimento econômico, existe a possibilidade de se caminhar para uma proposta de reestruturação dos valores dentro da administração pública subnacional, especialmente as de âmbito municipal, podendo todas elas serem resumidas em uma só palavra: “inovação”.

Segundo Rocha e Oliveira (2012), as inovações presentes na administração pública brasileira são novas soluções que pretendem ocupar “espaços vazios” criados pela ausência de ações ou projetos governamentais. Pode-se dizer, então, que nos espaços vazios deixados pela ação do governo federal, cresce também a ação criativa dos governos locais. É claro que medir o quanto inovador é um programa, projeto ou atividade não é uma tarefa simples para o administrador público.

Quando se fala em inclusão de novos atores no processo de formulação, implementação, avaliação e controle das políticas públicas, está-se pensando em termos de ampliação do acesso à informação e, acima de tudo, da consolidação do diálogo entre sociedade civil e agentes públicos, ou seja, mais atores participando de um mesmo processo e isso é certamente uma forma de inovar. Ao mesmo tempo, ao observarmos impactos de melhoria na qualidade do público-alvo a partir de programas, certamente percebe-se que tais ações privilegiam resultados para os beneficiários ou, muitas vezes, para a população como um todo.

Em alguns setores da iniciativa privada existe uma dificuldade muito grande em reconhecer o cliente. Essa dificuldade de reconhecer o cliente como tal é mais flagrante no serviço público. Com efeito, existem diversas situações no setor público em que é difícil identificar o cliente. Muitas vezes, os usuários de serviços públicos são chamados de contribuintes, supostamente em reconhecimento ao seu papel de financiadores do serviço público.

Mas a condição de contribuinte reforça seu papel de ofertante e não o de receptor de serviços públicos. Ao contrário do cliente da iniciativa privada, que paga a *posteriori* pelos serviços recebidos numa relação biunívoca, o usuário de serviços públicos paga indiretamente, através do recolhimento de tributos pelos serviços que recebe, sem, no entanto, haver uma relação direta com a prestação dos mesmos. Segundo Diniz (2000, p.19), “o Estado não opera através de troca, mas de transferências; o mecanismo de controle não é o mercado, mas o da política e da administração, e o objetivo não é o lucro, mas o interesse público”.

O conceito de cliente pressupõe o poder de escolha, e isso dificilmente acontece no serviço público. As ocasiões em que o contribuinte é tratado pelos órgãos governamentais como um verdadeiro cliente são tão raras que se destacam. Salles (2010) classifica os usuários

do setor público em consumidores, usuários e usuários cativos. Os consumidores assemelham-se aos da iniciativa privada porque pagam pelos serviços recebidos e tem fontes alternativas se estiverem insatisfeitos com o serviço prestado pelo governo.

Os usuários têm relacionamento mais longo com seus prestadores de serviços, mas pouco controle sobre o que é cobrado, e são mais limitados na escolha dos seus fornecedores. Os usuários cativos têm poucas escolhas, se é que as têm na seleção de seus fornecedores ou prestadores, e têm menos capacidade de influenciar nos custos e na qualidade dos serviços prestados.

O governo tem o papel de atuar em áreas onde as regras de mercado não funcionam adequadamente, onde o critério não é o lucro, mas a preservação do direito à cidadania. Na maioria dos casos, o governo limita seu envolvimento naqueles bens ou serviços que não podem ser facilmente produzidos na sua ausência, ou para os quais existe um motivo legal, de segurança nacional ou de interesse público por parte do governo. Enfim, é importante ressaltar que incontestavelmente, o setor público é o último recurso em termos de garantia do bem-estar social, da regulação e de outras formas de proteção.

Paludo (2010) aponta algumas diferenças entre o setor público e o privado: os empresários são motivados pela busca do lucro; as autoridades governamentais se orientam pelo desejo de serem reeleitas; as empresas recebem de seus clientes a maior parte de seus recursos; os governos são custeados pelos contribuintes. As empresas normalmente trabalham em regime de competição; os governos usam habitualmente o sistema de monopólio.

Segundo Novaes (2008), as críticas ao conceito de cidadão como cliente são inúmeras, podendo ser divididas em três categorias; a primeira é porque ele marginaliza a cidadania, distanciando o público do governo. Isso ocorre quando, ao tratar o cidadão como cliente, o ente público abandona a sua característica de entidade maior, que seria o público, abandona a visão de “nós” e adota a postura do “eles”, desta forma modifica a situação do cidadão de proprietário da coisa pública para um mero cliente do governo.

Outro problema é que a noção de cliente simplifica demasiadamente a realidade multifacetada das relações entre sociedade e governo. Tratar o cidadão como

cliente, no conceito da iniciativa privada, é simplificar a ação do setor público. Nesse sentido, os criminosos seriam clientes da polícia e o sonegador de impostos, do órgão da receita; isso não é verdade. Nesses casos, os clientes são os cidadãos em geral.

As relações entre o setor público e a sociedade são regidas por princípios como igualdade, transparência e legitimidade, de acordo com Cretella Júnior (2005, p.222), "princípios de uma ciência são as proposições básicas, fundamentais, típicas que condicionam todas as estruturas subsequentes. Princípios, neste sentido, são os alicerces da ciência". Por sua vez, Paludo (2010), apresenta um conceito mais amplo, afirmando que o princípio "designa a estruturação de um sistema de ideias, pensamentos ou normas por uma ideia mestra, por um pensamento chave, por uma baliza normativa, onde todas as demais ideias, pensamentos ou normas derivam, se reconduzem e/ou se subordinam". Por esse motivo, as práticas administrativas do setor público não podem, por exemplo, estabelecer critérios de preferência para usuários, à semelhança dos bancos, com a prática do cheque especial, por exemplo.

Em Reami (2013), O setor público não escolhe favoritos, isso requer que todos recebam o mesmo nível de serviço para assegurar obediência a valores democráticos (responsabilidade, lealdade e a norma da lei), aos princípios de justiça natural (justiça, devido processo e imparcialidade) e à igualdade horizontal (tratamento igual para diferentes grupos e regiões).

Dentro do exposto percebemos que tais evoluções exigem que as práticas administrativas do setor público devam ser sempre pautadas no contexto democrático e na preservação do direito à cidadania. Assim os funcionários públicos não atendem somente aos usuários diretos, mas preservam os direitos de todos os cidadãos. Isso significa que eles equilibram os objetivos potencialmente conflitantes de satisfação dos usuários com a proteção dos interesses de toda a comunidade. Outra diferença fundamental é a agilidade das ações entre o setor público e privado. Enquanto no setor público as ações são abertas e democráticas, na iniciativa privada são muito mais estreitas, uma vez que poucas pessoas podem decidir rapidamente a portas fechadas. A agilidade do setor público, portanto, é diferente do setor privado.

A conjuntura econômica mundial exige do setor público um modelo de gestão condizendo com a evolução vivida pelo mundo, um novo modelo que atenda as reais necessidades do cidadão e da iniciativa privada, a indústria o comércio e o mercado de serviço necessitam de um governo ágil, que atenda as suas demandas e que não engessem suas atividades com burocracias desnecessárias, que não aumentem seus custos em função de tributos excessivos, que não diminuam sua competitividade no comércio global. Neste sentido em Flores (2006, p.19).

Para a administração pública ser eficiente e eficaz é preciso enfrentar o desafio de gerir o seu sistema de controle. É necessário que os gestores públicos comparem seus resultados através de mecanismos gerenciais, afim de que possam ser melhorados.

Nesse sentido, com o advento da globalização e a crescente demanda dos mercados consumidores por novos produtos e serviços, passa a existir na cadeia econômica global a necessidade crescente da produção de alimentos, eletrônicos e bens de consumo diretos e indiretos, todavia tal perspectiva se depara com a escassez crescente de matérias primas não renovável e dos custos de escala que a cada mudança de cenário se tornam mais caros.

Para a indústria esta crescente demanda no mercado consumidor é vista como um viés positivo o que por muito canaliza novos investimentos na produção, porém na última década o que estamos presenciando no panorama mundial é o esgotamento do ciclo econômico virtuoso e a instauração de um cenário de crise econômica mundial, as grandes economias mundiais, passam a dar sinais de estagnação, ou crescimento abaixo do esperado. No Brasil a partir de 2008 a dinâmica econômica passa a apresentar forte sinal de fragilidade, alta do índice de desemprego em função da desaceleração econômica, acompanhada pelo fechamento das indústrias e com elas o aumento do grau de inadimplência dos contratos de investimento juntos aos principais bancos de fomento do país.

Segundo o (IPEA; TEM; 2014), em função da forte crise dos últimos anos o índice de desemprego no país ultrapassa 9,8% da população economicamente ativa PEA, o que levou ao crescimento do mercado informal, que chega a 33% da população do país. Identificando o crescimento do mercado informal. Em meados de 2010 o Governo Federal passa a criar políticas de incentivo ao investimento de micro empreendedores para a criação de novos negócios, que se caracterizam pelo baixo investimento e pouca burocracia, a verdadeira

intenção da gestão pública é gerar emprego e renda para essa massa de desempregados que surgem com a crise econômica.

Assim, nos deparamos com a importância da relação entre gestão pública e desenvolvimento econômico à medida que toda a atividade privada depende diretamente das políticas públicas, e quando trata-se da atividade informal, são inúmeras as ações da gestão pública que podem contribuir para o desenvolvimento destas atividades. Para entender melhor tais ferramentas recorreremos no próximo capítulo sobre a atividade ambulante no município de Belém e trataremos especificamente do caso da feira de artesanato da Praça da República.

Exigências para se tornar um Microempreendedor Individual.

Em nosso ordenamento jurídico, de acordo com Código Civil – CC/2002, considera-se Empresário, o indivíduo que exerce atividades econômicas através da produção ou circulação de bens ou de serviços. De acordo com a LC nº. 128/2008, art. 18-A, poderá se tornar um Microempreendedor Individual o trabalhador que cumprir as seguintes exigências para legalização:

- Ter uma receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais);
- Seja optante pelo Simples Nacional;
- Exercer atividades dos anexos I, II e III do Simples Nacional, assim como as atividades autorizadas pelo CGSN;
- Possuir estabelecimento único, sem filiais;
- Não participar de outra empresa como sócio, titular ou administrador;
- Ter apenas um empregado que receba no máximo um salário mínimo federal ou piso salarial da categoria profissional;
- Estar em condições de optar pelo Simples Nacional.

Essas são as exigências dispostas na Lei para que o trabalhador informal possa se enquadrar nas condições exigidas e se tornar um Empreendedor Individual. No caso de início de atividade, a LC nº. 128/2008 prevê no § 2º do art. 18-A um limite de receita de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) multiplicados pelo número de meses compreendidos entre o início da atividade e o final do respectivo ano-calendário, consideradas as frações de meses como um mês inteiro. Por exemplo, um Empreendedor Individual que inicia a atividade em 15 de setembro de 2015, para estar apto a aderir ao MEI, este deverá ter a receita bruta até o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), multiplicados por quatro, considerando para o cálculo os meses de Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro. Neste caso, o Empreendedor Individual poderá auferir receita bruta no ano de 2015, até o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Não havendo nenhum outro fator que impeça de realizar a opção, o Empreendedor Individual poderá se enquadrar como MEI.

Deve-se observar que o conceito de Receita Bruta, para fins de aplicação desta legislação, de acordo com o § 1º do art. 3º da LC nº. 123/2006,

“[...] é o produto da venda de bens ou serviço nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos”.

A opção pelo Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional – Microempreendedor Individual (SIMEI) é irrevogável para todo o ano-calendário. Esta opção poderá ser realizada por empresa já constituída, porém, sua opção deverá ser até o último dia útil do mês de janeiro, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do ano calendário da opção. Já para as empresas que iniciarem suas atividades a partir do dia 1º de julho de 2009, a inscrição no SIMEI será realizada simultaneamente à sua inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), de acordo com a LC nº. 128/2008, § 5º do art. 18-A.

Inicialmente foi permitido o acesso para aquelas atividades descritas nesta lei com faturamento até o limite de R\$36.000. Posteriormente, a Lei Complementar 139/2011 previu a ampliação do escopo de atividades que poderiam se enquadrar no regime, bem como o aumento do limite de faturamento para R\$60.000 o que tornou o MEI “o principal caminho utilizado pelos microempreendedores brasileiros que buscam oportunidades que o mercado oferece às empresas legalizadas” (SEBRAE, 2013, p.9).

Consoante com isso, em dezembro de 2013, o Brasil contava com 8,2 milhões de negócios cadastrados no Simples Nacional, de acordo com a Receita Federal do Brasil (RFB, 2013), dos quais, 3,3 milhões era Microempreendedores Individuais (MEI), sendo que em 12 Estados brasileiros, o número de MEI já superava o número de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), segundo dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que complementa:

O nível de satisfação do microempreendedor individual com sua formalização, que atingiu 93,9%, revela que estes veem grandes vantagens em se formalizar. Acrescido a este dado, há o registro de que 84% dos MEI pretendem faturar mais de 60 mil reais por ano, o que demonstra um perfil de plena aprovação quanto ao processo de formalização. (SEBRAE, 2013, p. 11)

Apesar de a criação do MEI representar grande avanço para a formalização de pequenos negócios informais e para a criação de novos empreendimentos, existe uma distância significativa entre sua carga tributária quando comparamos com empresas cadastradas como ME e EPP.

Nesse passo, ao atingir o limite de faturamento previsto para o regime do MEI, qual seja, R\$ 60.000,00, automaticamente a empresa passa a se submeter as condições impostas às microempresas, com o consequente aumento da carga tributária e da burocracia em relação ao cumprimento de obrigações acessórias. Isto pode desestimular o crescimento natural do microempreendedor ou até mesmo incentivá-lo a omissão de faturamento objetivando não ultrapassar o teto legal.

Há que se ressaltar que o Simples Nacional pressupõe um aumento gradual das alíquotas a serem aplicadas sobre a receita para fins de cálculo do montante tributário devido. Este progresso paulatino se justifica na medida em que um salto muito elevado da carga tributária pode ser uma barreira para o crescimento econômico da atividade produtiva, além de incentivar práticas de evasão fiscal.

Carga Tributária do MEI

Ao se tornar um Empreendedor Individual sob a figura jurídica do MEI, o optante pelo SIMEI recolhe todos os impostos incidentes sobre sua receita através do Documento de Arrecadação do Simples Nacional Microempreendedor Individual (DASMEI). O valor fixo a ser recolhido pelo MEI mensalmente, será de no máximo R\$ 50,00 (cinquenta reais) para os empreendedores que não tiverem empregados, independente da receita auferida no mês, respeitando o limite para seu enquadramento. Este valor tem vigência a partir do dia 1º de janeiro de 2010. Já para o valor devido a partir de 1º de julho de 2009 a 31 de dezembro de 2009 era de R\$ 57,15 (cinquenta e sete reais e quinze centavos).

Conforme com art. 18-A, § 3º, inciso V, da LC nº. 128/2008, os impostos devidos pelo MEI se distribuem da seguinte maneira:

Art. 18-A. O Microempreendedor Individual - MEI poderá optar pelo recolhimento dos impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional em valores fixos mensais, independentemente da receita bruta por ele auferida no mês, na forma prevista neste artigo. [...]

V – o Microempreendedor Individual recolherá, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor, valor fixo mensal correspondente à soma das seguintes parcelas:

- a) R\$ 44,00 (quarenta e quatro reais), a título a contribuição prevista no inciso IV deste parágrafo;
- b) R\$ 1,00 (um real), a título do imposto referido no inciso VII do caput do art. 13 desta Lei Complementar, caso seja contribuinte do ICMS; e
- c) R\$ 5,00 (cinco reais), a título do imposto referido no inciso VIII do caput do art. 13 desta Lei Complementar, caso seja contribuinte do ISS.

Ele terá como despesas apenas o pagamento mensal, que corresponde a R\$ 45 (Comércio ou Indústria), R\$ 49 (prestação de Serviços) ou R\$ 50 (Comércio e Serviços).

O cálculo corresponde a 5% do salário mínimo, a título da Contribuição para a Seguridade Social, mais R\$ 1 de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e/ou R\$ 5 de Imposto sobre Serviços (ISS).

É importante salientar que a contribuição do MEI através do DASMEI, de acordo com o inciso V, § 3º do art. 18-A da LC nº. 128/2008 é um valor fixo mensal correspondente a soma dos valores devidos a título de contribuição para seguridade social, ICMS e ISS, sendo que, mesmo o Empreendedor Individual não auferindo receita em suas atividades em um determinado mês, o valor do imposto deverá ser recolhido.

Deve-se observar a atividade exercida pelo MEI para determinar o valor que deverá ser recolhido a título de ICMS e ISS. O anexo “B” deste trabalho, relaciona de acordo com a

descrição da atividade a incidência de ICMS ou ISS. Esta tabela encontra-se atualizada com as atividades que permitem o enquadramento no MEI, previstas no Anexo Único da Resolução CGSN nº. 67/2009 e sua atualização com a Resolução CGSN nº. 78/2010, que passa a vigorar a partir de 1º de dezembro de 2010.

A fixação dos valores a serem recolhidos pelo EI traz ao trabalhador segurança e simplicidade no momento da sua formalização, sendo assegurado a este, o custo já fixo dos tributos a serem desembolsados na sua regularização.

Contudo, de acordo com o inciso VI, § 3 do art. 18-A da LC nº. 128/2008, o MEI fica obrigado a efetuar o recolhimento, além dos impostos já mencionados na tabela 1, caso ocorra a incidência dos impostos listados nos § 1º ao § 3º do art. 13 desta Lei Complementar:

Art. 13. O Simples Nacional implica o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, dos seguintes impostos e contribuições:

§ 1º O recolhimento na forma deste artigo não exclui a incidência dos seguintes impostos ou contribuições, devidos na qualidade de contribuinte ou responsável, em relação aos quais será observada a legislação aplicável às demais pessoas jurídicas:

I - Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF;

II - Imposto sobre a Importação de Produtos Estrangeiros - II;

III - Imposto sobre a Exportação, para o Exterior, de Produtos Nacionais ou Nacionalizados - IE;

IV - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR;

V - Imposto de Renda, relativo aos rendimentos ou ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda fixa ou variável;

VI - Imposto de Renda relativo aos ganhos de capital auferidos na alienação de bens do ativo permanente;

VII - Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF;

VIII - Contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - Contribuição para manutenção da Seguridade Social, relativa ao trabalhador;

X - Contribuição para a Seguridade Social, relativa à pessoa do empresário, na qualidade de contribuinte individual;

XI - Imposto de Renda relativo aos pagamentos ou créditos efetuados pela pessoa jurídica a pessoas físicas;

XII - Contribuição para o PIS/Pasep, Cofins e IPI incidentes na importação de bens e serviços;

XIII - ICMS devido:

a) nas operações ou prestações sujeitas ao regime de substituição tributária;

b) por terceiro, a que o contribuinte se ache obrigado, por força da legislação estadual ou distrital vigente;

c) na entrada, no território do Estado ou do Distrito Federal, de petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, bem como energia elétrica, quando não destinados à comercialização ou industrialização;

d) por ocasião do desembaraço aduaneiro;

e) na aquisição ou manutenção em estoque de mercadoria desacompanhada de documento fiscal; f) na operação ou prestação desacompanhada de documento fiscal;

g) nas operações com bens ou mercadorias sujeitas ao regime de antecipação do recolhimento do imposto, nas aquisições em outros Estados e Distrito Federal:

1. com encerramento da tributação, observado o disposto no inciso IV do § 4º do art. 18 desta Lei Complementar;

2. sem encerramento da tributação, hipótese em que será cobrada a diferença entre a alíquota interna e a interestadual, sendo vedada a agregação de qualquer valor;

h) nas aquisições em outros Estados e no Distrito Federal de bens ou mercadorias, não sujeitas ao regime de antecipação do recolhimento do imposto, relativo à diferença entre a alíquota interna e a interestadual;

XIV - ISS devido:

a) em relação aos serviços sujeitos à substituição tributária ou retenção na fonte;

b) na importação de serviços;

XV - demais tributos de competência da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, não relacionados nos incisos anteriores.

§ 2º Observada a legislação aplicável, a incidência do imposto de renda na fonte, na hipótese do inciso V do § 1º deste artigo, será definitiva.

§ 3º As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional ficam dispensadas do pagamento das demais contribuições instituídas pela União, inclusive as contribuições para as entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de que trata o art. 240 da Constituição Federal, e demais entidades de serviço social autônomo.

Além dessa vantagem fiscal há que se ressaltar que o Simples Nacional demanda menor custo de conformidade, haja vista tratar-se de regime simplificado em comparação com o Lucro Presumido e o Lucro Real. Em primeiro lugar as empresas optantes pelo Simples Nacional efetuam o pagamento unificado de tributos, em guia única, não exigindo grandes digressões acerca do montante a ser recolhido. Difere, nesse passo, enormemente dos regimes do Lucro Presumido e Lucro Real, que demandam avaliação criteriosa de cada fato gerador tributário, verificação da base de cálculo e aplicação da alíquota, sendo o recolhimento realizado individualmente e em guias próprias conforme cada tributo.

Da mesma forma, para fins fiscais, as empresas optantes do Simples Nacional estão dispensadas da escrituração contábil, sendo exigida apenas a escrituração do livro caixa e do livro de registro de inventário (para empresas comerciais e industriais). Há, contudo, controvérsias acerca do assunto. Como bem pontuado por Pêgas (2014), o Código Civil exige a escrituração contábil do empresário e da sociedade empresária, exceto do pequeno empresário (parágrafo 2º do art. 1.179 do Código Civil), definido pela LC nº 123/06 como o empresário individual com faturamento anua até R\$ 60.000,00.

Valendo-se de uma interpretação sistêmica, portanto, a dispensa da escrituração contábil somente se aplicaria ao pequeno empresário cadastrado como MEI, devendo as demais empresas atender ao disposto no artigo 1.179 do Código Civil.

Medidas para Incentivar o Comércio de Ambulantes

Todos os anos acontecem programações, entre elas a Feira do Empreendedor de Belém. O maior evento de empreendedorismo do Pará é um dos mais importantes do Brasil é realizado pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae no Pará e conta com o patrocínio do Sistema Fiepa (Sesi, Senai, IEL e Fiepa). O objetivo da feira é fomentar a abertura de novos negócios e a competitividade e sustentabilidade dos já existentes.

Orientação empresarial, palestras, encontros, oficinas, rodada de negócios e workshops são alguns dos mais de cem eventos que integram a programação técnica da feira, que também vai apresentar tendências e oportunidades de negócios em várias áreas, casos de sucesso, bate-papos, formalização de microempreendedores individuais e muito mais.

Com o tema ‘Conhecer, Empreender e Integrar’, a sétima edição do evento no Pará está segmentado nos espaços Gestão do Conhecimento, Atendimento e Tendências e Oportunidades de Negócios das regiões paraenses, identificadas em pesquisas e estudos realizados pelo Sebrae no Pará e parceiros”.

Em suma, a benefícios geral às MPEs. O incentivo e desenvolvimento das mesmas, sobrevém através do processo simplificação das obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, entre outras experiências e incentivos de outros estados e municípios. Antes da legalização, a sobrevivência de suas micro (s) e pequenas empresas no mercado era difícil, acabando fechando as portas por não suportar o ônus cobrado pela fiscalização, se permitindo dos benefícios da adesão a Lei, os níveis da sobrevivência e a taxa de empreendedorismo obtivera altos índices nos últimos tempos.

Segundo o gerente de políticas públicas do Sebrae/Pará, Roberto Bellucci em Publicação a Pará Industrial (2014), considera que “as prefeituras precisam ser mais flexíveis com os empresários que estão começando um negócio e isso já está ocorrendo”. “Órgãos de registros e licenciamentos reivindicam coisas que empresas que estão começando até se assustam e desistem de entrar no mercado formal, mas acredito que isso tem sido amenizado no Brasil, graças as tantas outras iniciativas como o Guia Produzido pela CNI, que esclarece muito bem essas questões”, considera.

Para Amaral Filho (2011), é reforço considerar que:

A aproximação da articulação político institucional descreve que “Um desafio complementar está na ausência e na fragilidade de relações de reciprocidade entre os agentes, especialmente nas regiões mais atrasadas do país” (AMARAL FILHO, 2011, p.35).

Entretanto, é importante lembrar que uma nova determinação disposta pela Resolução Atricon nº 09/2014, aprova novas diretrizes relacionando os tribunais de contas ao desenvolvimento local: controle do tratamento diferenciado e favorecido às microempresas nas contratações públicas, estabelece coordenar a implantação de sistema integrado, buscando a uniformização de procedimentos quanto aos princípios constitucionais aplicáveis a administração pública em especial da legalidade, efetividade, desenvolvimento econômico, isonomia e publicidade. Garante o tratamento diferenciado e favorecido as MPEs pela Lei Complementar 123/2006, quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos poderes públicos, sujeito à fiscalização pelos tribunais de contas. O objetivo do plano estratégico Atricon, através do Tribunal de Contas, tem como meta incentivar a adoção dos padrões de qualidade (uniformização dos procedimentos indispensáveis à cidadania), elaborar diretrizes de controle externo relativas ao cumprimento e controle do disposto na LC 123/2006 – visando o tratamento diferenciado e favorecido em apoiar a sua implantação e aprimoramento pelos Tribunais.

Em síntese geral, tal disposto poderá impulsionar as metas de regulamentação e implementação para os municípios em reciprocidade com a Lei e dos instrumentos necessários ao universo das microempresas e reprodução indispensáveis destas à cidadania, ao empreendedorismo, emprego e renda.

A Atividade Ambulante no Município de Belém - O Caso da Feira de Artesanato na Praça da República

A atividade comercial é uma das práticas mais antigas realizadas pelo ser humano, a atividade de troca ou escambo é uma das mais utilizadas, porém com a dificuldade de mensuração monetária no processo de troca entre produtos de peso ou naturezas diferentes a sociedade passa a entender a necessidade da criação de um elemento de base monetária para esta troca. Junto com estas atividades de troca estavam sempre presente as atividades de feiras livres, desde a idade média já existiam estas atividades comerciais, que favoreciam o aumento do consumo entre os feudos. Como à época não existia moeda para transacionar as

mercadorias, está era trocada utilizando uma metodologia própria da época onde cada feudo tinha sua produção específica, o que servia de moeda de troca.

Segundo Baschet (2006), o feudalismo se dá por uma extrema tensão, de um lado a mobilidade, e de outro lado à estabilidade, de um lado a fragmentação e de outro lado à unidade, entre a inserção local e o fato de pertencer a uma área simbolicamente unificada. Por muito existia por parte dos moradores a falsa sensação de segurança por pertencer a uma comunidade onde existia segurança, justiça e outros benefícios disponibilizados aos moradores, porém por muito o custo destes benefícios eram muito altos.

Estas atividades de troca contribuíram para o surgimento das atividades comerciais rurais, porém neste primeiro momento pelo baixo índice populacional não havia necessidade de produção em escala, os feudos eram autossuficientes na maioria de suas demandas, o que por muito deu a civilização antiga a prerrogativa da subsistência e a pouca necessidade da criação de base monetária. Porém, com o crescimento populacional, com a evolução da medicina e com a diminuição das guerras, passa a ser crescente a necessidade destes antes pequenos feudos em aumento de produção de alimentos, vestuário, remédios entre outros bens de necessidade.

Com isso, a estrutura produtiva dos alimentos passa a sofrer pequenas transformações em seus sistemas de produção, as pequenas propriedades produtivas passam a dar lugar a grandes feudos, e o quantitativo de produção passa a abastecer mercados cada vez maiores, surgindo assim o aumento da demanda e a necessidade de estrutura logística de tal produção. Segundo Silva (2014), a principal causa da criação das feiras livres é a extensa produção dos produtos agrícolas, a baixa demanda local leva a necessidade de novos mercados consumidores e de escoamento do excedente de produção.

Estas feiras por muito foram suficiente para escoar todo o excedente da produção, os mercados consumidores ainda eram limitados e os anseios por novos produtos também não eram significativos. Porém com o aumento linear desta produção e com a estagnação do mercado consumidor surge a necessidade de identificar novos mercados consumidores, e de encontrar novos produtos que atendessem aos anseios da demanda Europeia.

Destacamos como marco importante deste momento as grandes cruzadas no século XI, o continente Europeu sentindo a necessidade da complementação dos bens de consumo essenciais à manutenção da população mais favorecida passa a explorar novos mercados, com intuito de identificar outros países que tivessem produção para suprir a sua demanda, e para escoar o excedente de sua produção, podemos denominar de primórdio do capitalismo, ou

pré-capitalismo. Segundo Silva (2014), com a expansão comercial por meio das cruzadas torna-se possível o desenvolvimento evolutivo da atividade comercial e no século XI o continente europeu tem grande destaque nesta transformação ocorrida.

Na idade média central a grande formação urbana se dá em virtude do desenvolvimento comercial e do processo evolutivo dos meios de produção artesanal, um outro grande marco do capitalismo comercial é a revolução industrial, a partir desta a produção passa de um processo artesanal de produção em linha para uma produção em escala, a revolução industrial faz crescer a produtividade nas cidades e aumentar significativamente as transações comerciais, o que trouxe um impacto positivo nas relações econômicas, e um impacto negativo nas condições de trabalho. Segundo Oliveira (2009, p. 17).

Essa reestruturação, além de intensificar a produção da mais-valia a ser apropriada pelos capitalistas, acarretou em um desequilíbrio no mundo do trabalho, ao submeter os operários aos novos padrões impostos pelas empresas, que passaram a ofertar: trabalho precarizado, baixos salários, contratações temporárias e irregulares, exigindo por outro lado que os trabalhadores produzissem em escala cada vez maior, uma vez que deveriam manter os altos níveis da produção, com o mesmo número de operários.

Esta intensificação das relações comerciais faz surgir a necessidade da criação de uma moeda corrente para consolidar as transações comerciais entre países e para dinamizar a perfeita circulação de mercadorias e moeda, o mundo precisaria de uma unidade monetária e de necessidade de produtos e serviços constante que fizesse a economia evoluir em um ciclo virtuoso, fazendo surgir assim o sistema econômico capitalista.

Todavia não podemos deixar de destacar a importância das feiras livres para a ampla circulação das mercadorias e da moeda, destacamos que estas foram um marco para a relação comercial no início dos tempos e hoje exercem um papel fundamental no desenvolvimento econômico regional. No Brasil segundo Santos (2008), a origem das feiras livres datam do período colonial e estas se multiplicaram velozmente suprimindo a sua missão de abastecer as províncias e vilarejos existentes naquela época. A importância destas feiras para a distribuição da produção dos produtos agrícolas, artesanatos entre outros àquela época fora de extrema valia, estas dinamizavam a economia não só no Brasil colônia como também no império e nos dias atuais ainda é de extrema importância para o desenvolvimento econômico regional.

Destaca-se nessas feiras livres a figura do feirante, empreendedor informal que possui um perfil diferenciado, um empresário que mesmo na informalidade se destaca pela sua responsabilidade de gerir um negócio com pouco capital, sem linhas de crédito, e muitas vezes sem possuir conta bancária ou uma estrutura mínima que propicie um crescimento futuro ou mesmo a manutenção de seu negócio, segundo Vedana (2013, p.43).

Voltando para os mercados de rua e observando esse feirante em suas práticas de trabalho, evidenciam-se pouco a pouco estas múltiplas camadas: é proprietário de seu negócio – que se torna um negócio da família –, mas não exatamente um micro ou pequeno empresário, não opera apenas na administração ou gestão, embora também o faça. Ainda que proprietário e consciente de sua hierarquia frente a outros colegas de banca que podem ser seus empregados ou familiares, engaja-se nas tarefas mais básicas de seu processo de trabalho, como montar e desmontar a banca, varrer o chão, etc. de forma que, apenas observando as atividades e os gestos de trabalho de maneira superficial, não acedemos a essa hierarquia.

Sendo assim, a principal função das feiras livres é a compra e venda de mercadorias, sejam elas de consumo duráveis ou não duráveis, de grande valor econômico financeiro ou não, em sua maioria encontra-se mão de obra sem qualificação profissional, pessoas que não encontram vaga de trabalho no mercado formal e com um objetivo específico de trabalho pela subsistência. Estas características são de fácil identificação em muitas pesquisas de dados nos conglomerados comerciais que giram em torno das principais feiras do Brasil, porém esta é uma realidade criada pelo baixo investimento e pela falta de políticas públicas de incentivo para estes empreendedores.

No Brasil são inúmeras as feiras espalhadas pelos estados, municípios, ou bairros do País, e a importância desta atividade comercial deve ser destacada e tornar-se objeto de pesquisa para futuras propostas de melhoria no desenvolvimento destas atividades, ainda identificamos em muitas capitais as condições precárias de trabalho destes empreendedores, a falta de incentivo e de perspectiva de futuro de seus empreendimentos, o que por muito acaba por tornar este tipo de atividade comercial marginalizada. Segundo Tavares (2002) o trabalho informal é tido como uma forma de sobrevivência do indivíduo e também uma estratégia do capital que cria a ilusão no indivíduo de que ele pode se tornar um empreendedor, ou seja, a informalidade seria uma “opção de trabalho”.

Todavia, destacamos a importância da atividade do feirante para a economia regional, estes são responsáveis pela movimentação de mercadorias do pequeno agricultor, do artesão, da produção de pequena monta da indústria caseira, fomentando a economia de bairros, ou mesmo de pequenos municípios, gerando emprego e renda, Neste sentido Vedana (2013, p.48) afirma:

Arrisco a falar aqui de feirante como uma profissão – e não meramente uma ocupação momentânea, um “biscate” – na medida em que essa atividade parte de uma decisão, de uma escolha realizada em determinado momento de suas trajetórias; foi esse caminho o que cada um deles decidiu seguir e para tanto aprendeu, especializou-se, estabeleceu formas de trabalhar e relações de trabalho com colegas, partilhou redes, ensinou e construiu uma trajetória.

O comércio urbano modifica a estrutura urbanística das cidades, este tipo de atividade econômica é uma constante evolutiva nos principais municípios do país, e com tendência de constante crescimento, os altos índices de desemprego e o baixo crescimento econômico são fatores preponderante para o crescimento de tal atividade econômica, apesar da ótica negativa da sociedade para com tal atividade. O incentivo governamental para a formalização desta atividade deveria ser ponto de pauta nas principais discussões sobre políticas públicas.

Na região Amazônica a atividade informal é ainda uma fonte de renda muito utilizada, devido à baixa industrialização e pouca qualificação da mão de obra, esses fatos fazem com que uma grande massa populacional migre para este tipo de atividade, a capital do estado do Pará tem 400 anos de existência e mais de dois milhões de habitantes, Segundo Pires (2008) cerca de 50% da população economicamente ativa da grande Belém vive do comércio informal. Afirma o autor que o mercado informal absorve uma parcela significativa da economia do estado do Pará, e estes trabalhadores fixam nas principais vias de acesso da capital, assim como nas praças, pontos turísticos, feiras e mercados da cidade.

Importante chamar a atenção para o perfil destes trabalhadores informais que em sua maioria estão fora dos padrões exigidos pelo mercado de trabalho, Segundo Nascimento et. al (2009, p.05):

Em Belém, a realidade da economia informal tem maior incidência na área que corresponde ao Centro Comercial, pois registra um movimento intenso de pessoas em direção aos estabelecimentos comerciais instalados neste local. Os trabalhadores informais dessa área apresentam motivações diversas. São famílias, homens, mulheres, adolescentes, jovens, adultos e idosos, por ou sem opção, sendo que na maioria das vezes com baixo grau de escolaridade, oriundos das mais diversas localidades.

Para os empresários locais esta atividade trata-se de concorrência injusta, quando se trata dos números absurdos de impostos pagos na atividade empresarial formal, estes empresários para exercerem suas atividades devem logo de imediato formalizar seus negócios fazendo assim um investimento inicial de uma quantia significativa de seu capital de giro, destacamos ainda o pagamento do simples nacional ou tributação única, e as contratações de mão de obra obrigatoriamente deverão seguir o rito formal da legislação trabalhista, ainda restam todos os alvarás de funcionamento que são cobrados pelos órgãos municipais e estaduais.

Tais fatos levam o empresário formal a um grau de descontentamento e desmotivação, empreender legalmente no Brasil é algo caro, sem levar em consideração os altos custos com a segurança privada, pois os índices de assalto continuam crescendo, levando assim, os empreendedores à preferência da informalidade. Todavia, esta atividade informal acaba não

sendo atrativa para o ente público que necessita da arrecadação para o desenvolvimento de suas atividades, mais supri as necessidades do cidadão que não consegue inserção no mercado de trabalho formal, e nem dispõe de recurso financeiro para formalizar seu empreendimento.

Nesse sentido Silva e Santos (2010, p.01) afirmam que:

Em 1989, segundo dados da PED/PA (Pesquisa de Emprego e Desemprego) havia cerca de 174 mil pessoas no mercado informal da grande Belém. Hoje, estima-se que este número seja superior a 360 mil pessoas, ou seja, este número praticamente dobrou em 20 anos. A justificativa para tal crescimento do mercado informal é que, mesmo com o mercado formal apresentando saldo positivo, o desemprego tem avançado em uma escala bem maior, juntamente com o crescimento da população economicamente ativa, que não tem sido absorvida pelas empresas.

Para Pires (2008), a atividade informal é tão importante para a economia da grande Belém que a população vê tais atividades como parte integrante das atividades econômicas, por muitos denominam a cidade como a república dos camelôs. Percebe-se em toda a cidade uma quantidade excessiva de vendedores ambulantes, camelôs, feirantes, porém sem ordenamento, locais apropriados, o que gera um grande caos na cidade, invasão do passeio público, das praças, dos pontos turísticos, o que causa um grande mal estar à população e aos turistas. O mesmo autor (2008, p.242), conceitua tal fenômeno da seguinte forma:

Espalhados por áreas comerciais estratégicas da cidade, vendendo dentre outros, bugigangas e produtos piratas, em barracas feitas de metal e cobertas de lona, instaladas nas calçadas ou no meio da rua, ou com produtos espalhados pelo chão das calçadas, situação cada vez mais comum, os camelôs desfrutam, em sua maioria, de uma situação material pouco confortável. Um primeira aproximação permite afirmar que eles enfrentam resistências tanto da sociedade em geral quanto do poder público e empresarial.

Portanto, não existe um local organizado e estruturado pelo poder público para aportar este comércio informal, como é visto em grandes capitais europeias as feiras são distribuídas de forma organizadas, tendo dia, hora e local para acontecerem, na capital paraense os denominados camelos ou ambulantes estão por toda a parte, em seguida dispomos uma figura contendo os principais locais onde esta atividade informal se concentra na cidade:

Figura 1: Mapa geográfico de Belém



Percebe-se que a atividade informal se espalha por toda a grande Belém que geograficamente está dividida em Ananindeua, Belém, Benevides, Marituba e Santa Bárbara, esta é a capital do estado do Pará, com uma área de 1.820 quilômetros quadrados, é uma metrópole tipicamente tropical com clima quente (26°C em média) e chuvas abundantes, cujo índice pluviométrico varia de 2.225 milímetros a 3.300 milímetros por ano (Sectam 2006). A cobertura vegetal é formada principalmente por florestas secundárias de terra firme e matas de várzea nas áreas mais baixas. O relevo é baixo com uma altitude que varia de 4 metros a 57 metros IMAZON (2007). Mesmo com toda a riqueza natural oriunda da região norte do Brasil, possui indicadores socioeconômicos de regiões pobres, segundo IMAZON (2007, p. 17):

PIB per capita anual de R\$ 5,1 mil (Tabela 1) para o ano de 2004 e um IDH de 0,797 (posição 25 entre as 33 regiões metropolitanas do país) em 2000. Além disso, cerca de 45% da população possui renda inferior a meio salário mínimo. Aproximadamente 1 milhão de pessoas são consideradas economicamente ativas, porém há pelo menos 120 mil pessoas desocupadas (Pnad 2006). O índice de Gini – uma medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de zero (a perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima) – da Grande Belém é 0,526, igual ao da Região Metropolitana de Porto Alegre e um pouco abaixo do índice do Brasil (0,547).

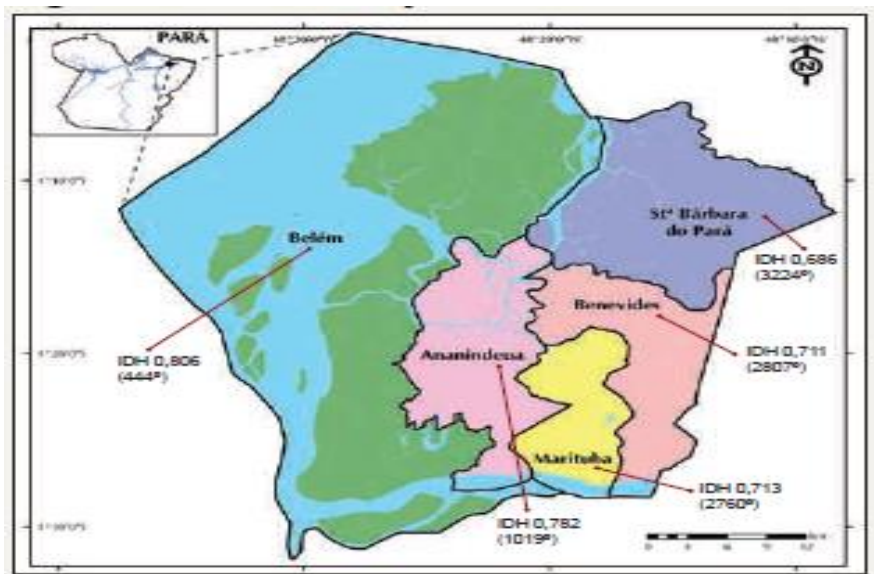
Tabela 1: PIB dos Municípios da Grande Belém

Município	População	PIB	PIB <i>per capita</i>
	2006	2004	2004
Ananindeua	484.278	1.583.802,47	3.380,85
Belém	1.408.847	8.143.652,80	5.873,61
Benevides	43.272	146.017,57	3.405,74
Marituba	93.416	253.581,69	2.705,65
Stª Bárbara	13.730	31.517,33	2.469,24
Grande Belém	2,043543	10.158.571,85	5.064,10

Fonte: IBGE (2004 e 2006).

Ainda destacamos os altos índices de violência apresentados por Belém e Ananindeua na relação dos registros de ocorrências da polícia civil relativa a crimes violentos letais intencionais em municípios com população superior a 100 mil habitantes, Ananindeua ocupava a posição 33 e Belém estava na posição 66 entre 241 municípios do Brasil em 2005.

Figura 2: IDH dos Municípios da Grande Belém



Fonte: IBGE (2004 e 2006).

Porém nos últimos anos a cidade passou por grandes transformações estruturais, investimentos em obras de incentivo ao turismo, desenvolvimento de feiras de culinária, o investimento no turismo ecológico, e ainda a revitalização dos prédios históricos e as grandes festividades que estão sendo marco nas comemorações dos aniversários da cidade a cada ano, tais mudanças estão dando destaque à capital do estado do Pará.

Dentre estes damos destaques às feiras livres de Belém, e em especial a feira da praça da república, no período imperial denominada de O Largo da Pólvora, após a proclamação da república passa a ser denominada Praça da República. A consolidação da feira livre da praça se deu em meados do século XX com a ordenação urbana da Avenida Presidente Vargas e com o vislumbre da municipalização moderna da capital. Referente à Urbanização destacamos o conglomerado de entretenimento e prédios históricos da cidade como, por exemplo, o Teatro da Paz, grande legado do ciclo da borracha, ainda os vários hotéis situados na região como Hilton, e lojas como C&A e Americanas, que fazem do conglomerado o local ideal para o desenvolvimento de uma feira livre.

A feira da praça como é conhecida tem grande destaque pela organização trazida pelos membros que dela participam, e sobre a administração da prefeitura do município de Belém, tal atividade comercial acontece aos domingos, a atividade pode ser considerada como um grande Arranjo Produtivo Local do município, onde os artesãos, produtores e até mesmo artistas plásticos vem comercializar as suas produções, destacamos ainda as apresentações teatrais, músicos, mágicos, comediantes, e outras tantas atividades que se concentram nesse dia para transacionar. Desta forma o que seria uma feira com objetivo comercial acaba se tornando também um ambiente de lazer e entretenimento para as famílias paraenses.

A importância da organização para a atividade dos feirantes é o diferencial, no caso da praça da república existe uma associação que possui o cadastro sempre atualizado e que os fornece a prefeitura sempre que a mesma necessita de informações dos feirantes. A estruturação e montagem da feira já inicia na sexta-feira durante a noite, e no sábado pela parte da manhã já existe muitas barracas que estão funcionando, porém de forma clandestina, pois o funcionamento legal é permitido apenas no domingo, a importância da atividade para a capital é tão grande que a feira já se tornou um atrativo turístico e um ponto de encontro para a população local.

Porém, no decorrer de nossa pesquisa percebemos que a feira do artesanato da praça da república, como é conhecida, está perdendo a sua característica principal, o objetivo real da feira em sua criação foi de se ter um espaço para que os artesãos pudessem expor e comercializar seus produtos, todavia, o que percebemos hoje são inúmeras barracas com produtos importados muitos de origem duvidosas, além de alimentos, obras de arte e antiquários, o que vem a cada dia tirando o espaço destes artesãos.

A organização do evento está dividida entre duas associações, uma formada integralmente pelos artesãos de ofício, que ficam com a lateral da praça no lado da Avenida

Presidente Vargas, e a outra associação dos ambulantes que ocupam o restante da praça, o que acaba segundo os frequentadores, sendo um atrativo a mais para o evento.

As barracas são todas padronizadas, este é mais um ponto positivo do conglomerado o que dá ao acontecimento uma característica de organização e de estruturação, as barracas são de metalon de 2 cm todas em encaixes de peças e cobertas com lonas verdes, e nas laterais das barracas também se visualiza a mesma lona, em seguida foto das barracas:

Figura 3. Emenda de barracas pela lona de arremate da cobertura e separadas de fato.



Fonte – Andrade, 2011.

A organização faz com que a feira seja considerada uma atração turística pelos moradores da capital, tornou-se um rito dos domingos o passeio em família naquela localidade, o mix de atividades comerciais acaba atendendo a todos os públicos, das crianças aos idosos, quando a fiscalização é branda ainda se instalam os vendedores ambulantes, o que torna este mix ainda maior, estes se instalam nas laterais da praça para vender água de coco, refrigerantes, cervejas entre outras bebidas.

Nas laterais do Teatro da Paz existe um parque para as crianças, já autorizado pela prefeitura de Belém, com minicarros, quadriciclos, triciclos, minimotos, neste espaço os pais podem alugar os brinquedos e conduzir as crianças via aparelho de controle remoto, vide foto que segue:

Figura 4. Rua da Paz o Parque das Crianças



Fonte – Andrade, 2011.

Neste sentido podemos perceber que na feira da praça da república que surgiu com o objetivo de oportunizar aos artesãos um local para expor e comercializar seus produtos acabou se criando um local de comércio e lazer, onde as famílias Belenenses prestigiam o trabalho dos artistas, artesões, efetivam atividades comerciais de compra e venda, e ainda encontram seus amigos e familiares para um momento de descontração e reencontros. Porém, percebemos que apenas um dia na semana não é o suficiente para que estes empreendedores possam escoar sua produção e fazer um faturamento condizente com suas necessidades e futuros reinvestimentos visando o crescimento de seu negócio.

A Prefeitura de Belém, precisa elaborar ferramentas de políticas públicas que tornem este tipo de feira em uma atividade contínua, um grande exemplo é o mercado central de Fortaleza, ou mesmo a Feira do Nordeste no Rio de Janeiro, nestes locais os empreendedores tem boxes disponíveis para comercializar seus produtos durante todos os dias da semana, e a prefeitura arrecada com aluguel do espaço, tributos, e ainda fomenta a economia local. Destacamos também a feira do Calçadão de Iracema em Fortaleza que ocorre todas as noites, mais um exemplo de feira que funciona de forma diária e que dá ao feirante um emprego diário, responsabilidade e uma perspectiva de faturamento que supra a sua necessidade.

Investimentos como estes no longo prazo tendem a diminuir a informalidade e trazem o camelô, o feirante, o ambulante ao patamar de empreendedor, com responsabilidades e com a obrigatoriedade de legalização de seu negócio, e como Belém está virando um polo turístico

e gastronômico este seria mais um atrativo para os turistas e para os próprios moradores da cidade. Destacamos ainda a importância da criação de Arranjos Produtivos Locais em uma cidade que tem aproximadamente 50% de sua população economicamente ativa trabalhando no comércio informal. A seguir vamos trabalhar a real importância do comércio ambulante como elemento criador de emprego e renda no macro sistema econômico.

Os empreendedores que exercem suas atividades laborais no comércio ambulante no município de Belém do Pará devem obedecer o que está descrito na Lei Ordinária N.º 7.862, 30 DE DEZEMBRO DE 1997, esta dispõe sobre o comércio ambulante no município em questão, a mesma foi publicada no DOM nº 8673, 2º caderno, de 30/12/1997.

Segundo o Art. 1º Considera - se comércio informal em logradouro público toda atividade comercial ou prestação de serviços realizados diretamente ao consumidor, de caráter permanente ou eventual, exercida de maneira fixa, itinerante ou estacionária, em vias ou logradouros públicos. O que de antemão normatiza de forma clara todas as atividades que serão estabelecidas e respeitadas na forma da lei como empreendedores do comércio ambulante da capital.

Tão importante quanto a normatização legal das atividades genéricas do comércio ambulante é também a caracterização básica de todas as atividades permitidas à atuar neste tipo de atividade, neste sentido citamos o Artigo 2º da mesma lei que especifica todas as atividades permitidas que se enquadram neste ramo de atividade, Segundo a Lei nº7.862, Artigo 2º tais atividades são:

Art. 2º Para efeito do disposto nesta Lei, são consideradas atividades de comércio informal em logradouros públicos e prestação de serviços ambulantes, as que se referem ao seguinte:

- I - cigarros e guloseimas em geral;
- II - confecções em geral;
- III - bijuterias, miudezas, brinquedos;
- IV - discos e fitas cassetes usados;
- V – (VETADO)
- VI - lanches rápidos ;
- VII - jornais e revistas;
- VIII - livros usados e material escolar;
- IX - sorvetes, picolés, pipocas, sucos, água mineral, refrigerante e raspa
- X - calçados, bolsas, cintos e similares;
- XI- produtos regionais e sazonais;
- XII - ervas medicinais e temperos secos;
- XIII – (VETADO)
- XIV - frutas em geral;
- XV - milho verde;
- XVI - flores e velas;
- XVII - fichas telefônicas;

XVIII- carnês de sorteio e loteria;
XIX - lustrações e consertos de calçados;
XX - conserto de relógios e afins;
XXI - confecções de chaves;
XXII - artigos de correspondência
XXIII - serviços fotográficos;
XXIV - comidas típicas regionais;
XXV - demais atividades congêneres ou assemelhadas,
devidamente registradas na SECON.

Neste sentido, os feirantes e atividades de feiras especiais ou eventuais não estavam contemplados deixando de fora as atividades ambulantes exercidas na feira da praça da república, assim no artigo 3º da lei acrescenta a legalidade de tais atividades, segundo a lei, equiparam-se, para os efeitos desta Lei, os expositores e os vendedores de trabalhos artísticos, educativos, e culturais, artesãos, inclusive os das feiras do artesanato e feiras especiais. Dando assim a legalidade exigida aos empreendedores que exercem sua atividade laboral em tais eventos.

A autonomia da fiscalização e legalização de tais atividades fica de responsabilidade da Secretaria de Municipal de Economia do Município de Belém-SECON, segundo a lei, à secretaria será responsável pelo planejamento, coordenação, controle e fiscalização das atividades de comércio informal em logradouro público. Tal documento regulamenta ainda o trâmite burocrático e as devidas documentações necessárias para requerimento da legalização das atividades empreendedoras em logradouro público, que seria eles:

Art. 5º A pessoa interessada em exercer atividades do comércio informal em logradouro público deve requerer correspondente Termo de Permissão, junto à SECON, mediante preenchimento de formulário próprio e fornecimento dos seguintes documentos:
I - fotocópia da Cédula de Identidade;
II - fotocópia do CIC/CPF;
III - fotocópia da Carteira do Manipulador de Alimentos ou Carteira de Saúde;
IV - croqui do local a ser ocupado durante o exercício da atividade;
V - comprovante de pagamento da taxa de expediente;
VI - modelo e medidas do equipamento a ser utilizado;
VII - duas fotografias de tamanho 3x4;
VIII - comprovante de endereço residencial;
IX - prova de ter sido o equipamento ou unidade vistoriado pelo órgão sanitário competente do Município, em nome do requerente, quando se tratar de comércio de gêneros alimentícios.
X - declaração, com firma reconhecida, de que não possui renda mensal regular, decorrente de vínculo empregatício com pessoa jurídica pública ou privada, ou exerce atividades econômicas geradoras de renda regular.

Após a tramitação do processo dentro da secretaria a autorização de funcionamento dos empreendimentos ainda necessita obrigatoriamente de alvará de funcionamento devidamente autorizado pelo secretário municipal de economia, o mesmo autoriza tal concessão após fiscalização por parte dos funcionários responsáveis por tal atividade. Tais colaboradores tem a função de verificar possíveis irregularidades, sempre visando o bem estar do consumidor final, em caso de o empreendimento ambulante estar condizente com as condições de funcionamento o mesmo receberá o alvará de funcionamento devidamente assinado pelo secretário.

Tal concessão de funcionamento tem prazo máximo de 12 (doze) meses, devendo obrigatoriamente ser renovada após o término de sua vigência, o mesmo poderá ser prorrogado pelo mesmo período de tempo após nova análise da administração pública. Caso ainda o permissionário esteja em débito com suas obrigações legais, tal permissão não será renovada até o que o mesmo solucione tal pendência.

A lei a Lei nº7.862, ainda dispõe sobre os tipos de estrutura físicas que serão permitidas sobre passeio público, visando a padronização e ainda a não obstrução do passeio para que o pedestre, ciclista e usuário em geral não seja prejudicado pelos empreendedores ambulantes, segundo o 17 da lei serão autorizados a funcionar as seguintes estruturas físicas:

Art. 17. Nas atividades de comércio informal em logradouro público serão utilizados apenas equipamentos de modelos padronizados pela SECON, com especificações adequadas aos tipos de comércio ou serviço, conforme discriminação a seguir:

I- banca de jornais e revistas;

a) mercadorias principais: jornais, revistas, pôsteres, folhetos, cartões - postais, guias turísticos, figurinhas, adesivos, almanaques, opúsculos de lei e decretos e outros periódicos;

b) mercadorias secundárias: cigarros, fichas telefônicas, selos, envelopes, canetas, lápis, filmes fotográficos, pilhas elétricas, isqueiros, fósforos.

II - banca estacionária: doces e bombons, cigarros, ferragens, produtos regionais, consertos de relógios, confecção de chaves e afins;

III- caixotes: serviços de conserto e lustração de calçados;

IV - carrinho: picolés, raspa - raspa, pipoca, água de coco verde, sorvete e milho verde cozido;

V - carro-lanche: lanches rápidos (bolos, refrigerantes, sucos, salgados e doces);

VI- carro de cachorro-quente: lanches rápidos (sanduíches);

VII- tabuleiros itinerantes: miudezas em geral, café, cigarro e água;

VIII - carro de comidas típicas: comidas típicas;

- IX - trallier e similares: lanches rápidos;
- X - barraca desmontável: confecções em geral, bijuterias , miudezas, variedades, brinquedos , artesanatos, calçados, bolsas, cintos, e similares, frutas em geral;
- XI - bancada desmontável: flores e velas;
- XII – (VETADO)
- XIII – carro de hot – dog;
- XIV – bancada removível: para exposição e venda de calçados;
- XV – equipamento de serviços fotográficos.

Portanto, a prefeitura municipal de Belém estabelece por meio da Lei nº7.862 as regras básicas para funcionamentos das atividades do comércio ambulante na capital do estado do Pará, facilitando e desburocratizando a atividade aqui pesquisada.

O Comércio Ambulante como Perspectiva de Geração de Emprego e Renda

O desemprego no Brasil é responsável pelo processo de exclusão social, pois torna vulneráveis financeiramente aqueles que se encontram fora do mercado de trabalho, influenciando diretamente no movimento virtuoso da economia. Na visão de Vedana (2013), não homogêneos são também as motivações e os estímulos que levam as pessoas a exercerem a atividade de ambulantes. Possivelmente, nem toda atividade de comércio de rua é fruto da crise econômica conjuntural ou da pobreza ou de ações ilegais socialmente condenáveis (contrabando, pirataria, receptação).

Porém, este desemprego leva o cidadão ao caminho do subemprego e outras formas de atividade laboral que o conduza a subsistência de sua família. Segundo Marx (1982), o trabalho é essencial para a existência do homem, não importa em qual sociedade ou meio social que este pertença, existe uma necessidade natural e eterna de efetivar a troca material entre o homem e a natureza. Segundo Santos et.al. (2015, p.02):

No Brasil o número de trabalhadores informais é elevado, chegando a cerca de 33% da população do país em 2014 (IPEA; MTE, 2014). Entre estes se encontram muitos jovens que decidem criar seus próprios negócios já que não conseguem espaço no mercado de trabalho formal. Neste contexto ganha importância a capacidade empreendedora dos indivíduos que querem sua independência econômica. Entre as características do sujeito empreendedor estão a capacidade de inovar, disponibilidade a correr riscos, pro-atividade e a criatividade. Esta última está relacionada tanto ao desenvolvimento do negócio quanto às formas de promovê-lo e mantê-lo.

Neste sentido, a falta do emprego formal leva o trabalhador às formas de trabalho precarizadas, sem estruturas ou políticas públicas que colaborem com o desenvolvimento de suas atividades laborais, acabam por ser rotulados pela sociedade como força de trabalho informal ou mesmo subempregados, sem carteira de trabalho assinada, sem direitos trabalhistas, não possuindo inscrição no Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS.

Esta exclusão dos direitos trabalhistas e previdenciários provoca um imenso caos social no médio e longo prazo, sem os direitos trabalhistas fundamentais estas pessoas não terão no futuro ou mesmo em uma situação inesperada benefícios como a pensão por doença, ou acidente, ou mesmo seus descendentes ou cônjuges terão direitos à pensão em caso de morte deste trabalhador. Em caso de perda do ponto ou das mercadorias, não terão outra fonte de renda, como por exemplo, o seguro desemprego ou FGTS.

Assim funciona o mercado informal, uma espécie de submundo do trabalho formal, onde não existem direitos trabalhistas ou mesmo condições sociais de trabalho, um mercado onde cada um é responsável pelo seu futuro, desenvolvimento e sustento, e onde a gestão pública não intervém com políticas públicas adequadas ao seu desenvolvimento visando a formalização dos mesmos. Nos últimos anos o governo federal passou a desenvolver algumas políticas públicas visando a formalização destas atividades, dentre elas destacamos a criação do MEI-Micro Empreendedor Individual.

O MEI é uma modalidade empresarial que visa transformar os autônomos, camelôs, artesões entre outros trabalhadores do mercado informal, em empresários formais, tal benefício trouxe a desburocratização na formalização das empresas, a diminuição das tarifas tributárias por meio da unificação tributária, criou um portal digital onde o empresário pode retirar todos os documentos necessários para formalização, e com isso diminuiu o tempo de formalização de um micro empresário individual que antes da ação era em média de 7 (sete) dias para em média 30 (trinta) minutos.

Iniciativas como esta estimulam o empreendedor do mercado informal a buscar formalizar seu negócio e dessa forma trabalhar dentro da legalidade, eliminando as inúmeras preocupações que estes tem ao trabalharem de forma clandestina, sem amparo legal do ente público, seja ele municipal, estadual ou federal. Nesse sentido, podemos afirmar que a

atividade informal não traz benefícios ao poder público e tão pouco ao empreendedor que busca nesta atividade sua subsistência.

Conceitualmente, pesquisando sobre este mercado informal percebemos que não há um conceito único, preciso, e aceito por todos os autores a respeito deste assunto, e apesar dos inúmeros pesquisadores e dos inúmeros conceitos podemos perceber que na sua maioria não convergem na mesma direção. Os vários conceitos de informal são decorrência de diferentes objetivos de pesquisadores e técnicos e de diversos interesses sociais envolvidos. Porém, como destaca Chen (2007, p. 1), apesar dos debates e críticas, o conceito de economia informal continua sendo útil para muitos agentes de políticas públicas, ativistas e pesquisadores, porque ele consegue capturar uma realidade ampla e importante.

Todavia, fatos como este acabam por muito desestimulando a perpetuidade desse trabalhador neste nicho de mercado, e esta atividade acaba por se tornar momentânea, passageira, sem que haja um interesse deste empreendedor em continuar sua atividade laboral, assim o que poderia ser um empreendimento que geraria emprego e renda para uma ou mais famílias, acaba por ser uma atividade esporádica apenas para garantia de subsistência em momentos de crise. Em Santos et. Al. (2015, p.03):

Os estudos realizados nos países desenvolvidos, sobre a economia informal, elucidavam esse acontecimento como um excedente de mão de obra transitória na economia e que a mesma, regressaria para a formalidade à medida que o crescimento econômico avançasse. Entretanto, o que de fato ocorreu, divergiu do esperado: os empregos estáveis e em tempo integral têm sido substituídos por uma nova forma de organização produtiva, a qual se caracteriza por uma imensa flexibilização nas relações de trabalho.

Por isso, devem ser elaboradas políticas publicas visando o incentivo das atividades informais, buscando dar condições sociais a estes trabalhadores, e dignificando sua atividade laboral, reconhecendo sua real importância para o desenvolvimento econômico das cidades. Para Vedana (2013), a cidade se constitui a partir do intercâmbio regular e não ocasional de mercadorias como elemento essencial da atividade lucrativa e do abastecimento de seus habitantes. Combinando essas perspectivas – sobre o trabalho, o mercado e a cidade –, podemos dimensionar a importância do comércio para a construção da cidade como objeto de conhecimento.

Não obstante, circunda também neste cenário a figura do mercado consumidor e a perspectiva de desenvolvimento deste mercado, a sociedade vive a crise do consumo, os produtos e serviços são adquiridos por status, pela perspectiva de ser e de ter, neste sentido segundo Robson Tavares, A.C (2015, p.73):

Na visão dos economistas é o produto que inicia a transformação do meio econômico, e os consumidores são educados por esta mudança no produto e na sua produção, ou seja, o consumidor é um fruto do consumo e se adapta conforme a imposição deste mercado, os consumidores são educados a sempre querer coisas novas conforme a imposição do empresário.

O que demonstra a importância do investimento em políticas públicas visando a inclusão deste empresário informal no mercado econômico, e fazendo assim com que este gere tributos, empregos formais e que seu negócio cresça como uma empresa formal.

Dentro desta perspectiva, estudando o comércio ambulante no Brasil, percebe-se que este é um grande gerador de emprego e renda, na cidade de São Paulo, Segundo Pamplona (2013), cerca de 100 mil pessoas, ou 1,7% da população economicamente ativa se ocupam no comércio de rua, nesta perspectiva se concretiza a real importância de tal atividade para a geração de emprego e renda das pessoas que estão fora do mercado de trabalho formal. Em Santos et.al. (2015, p.03):

Quando se trata do cenário brasileiro, observa-se que desde o início dos anos 80, o mercado de trabalho do país se caracteriza por um alto volume de trabalhadores sem contrato formal. No ano de 1981, aqueles que trabalhavam sem carteira constituíam por volta de 28% da população ocupada (IBGE, 1981). Ao longo da década de 1980, houve uma pequena elevação nesse número no primeiro triênio, mas pode-se dizer que o índice de informalidade permaneceu estável nesse período. Todavia, a partir de 1990 deu-se início um processo de ascensão sem precedentes no grau de informalidade no mercado de trabalho brasileiro, perfazendo um aumento de dez por cento ao fim da década de 90. Quando consideramos ainda, os trabalhadores ditos “por conta própria” como parte do setor informal, este panorama é ainda mais alarmante, uma vez que, em 2002, estas duas ocupações (sem carteira e conta própria) representavam aproximadamente metade da força de trabalho do Brasil.

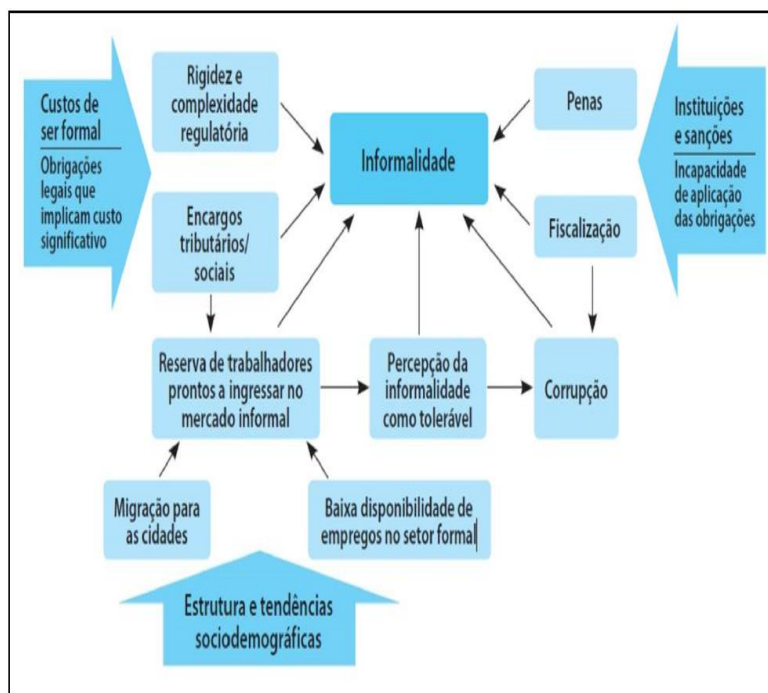
Nas grandes cidades percebemos que este tipo de atividade é uma realidade econômica, a falta de emprego e a necessidade de trabalho faz com que a cada dia esta atividade econômica passe a ser mais e mais importante, na visão de Vedana (2013), o comércio ambulante é responsável pela movimentação de mercadorias, pela movimentação financeira e pela geração de emprego de uma parcela significativa da população brasileira.

Este comércio em décadas passada fora denominado de comércio informal, segundo estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no ano de 1972 no Quênia e no ano seguinte na América Latina, mas precisamente na Republica Dominicana em 1973, houve um crescimento desordenado do setor informal nos anos 70 aos anos 90, muito em virtude da falta de qualificação da mão de obra, das altas exigências para empregabilidade e dos períodos de recessão vivido pelas grandes potencias econômicas nestas décadas citadas.

No Brasil segundo o IBGE (2012), na pesquisa sobre Economia Informal Urbana, o mercado informal concentra 44,2 milhões de pessoas, cerca de 56% da População Economicamente Ativa PEA, contudo nos últimos anos devido as políticas governamentais estes índices vem diminuindo significativamente, programas como a Lei geral das micro e pequenas empresas e a criação do portal do empreendedor, que culminou com a criação do micro empreendedor individual, vem reduzindo significativamente a informalidade no país. Segundo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA (2014), o mercado brasileiro vem demonstrando uma baixa contínua no mercado informal, no ano de 2012, esse percentual foi de 38%, em 2013, 33%, no ano de 2014, este índice baixou para 32,2%, a mais baixa concentração de mão de obra no mercado informal registrada na pesquisa.

Alguns fatores ainda influenciavam bastante na busca dos empreendedores pela informalidade, entre eles podemos citar; a burocratização, os altos custos tributários, a dificuldade na gestão da empresa formal, os altos impostos exigidos pelos entes públicos na formalização da mão de obra, na figura 1 podemos perceber as dificuldades encontradas na formalização de uma atividade empresarial no Brasil.

Figura 5: Fatores da Informalidade e suas Interações

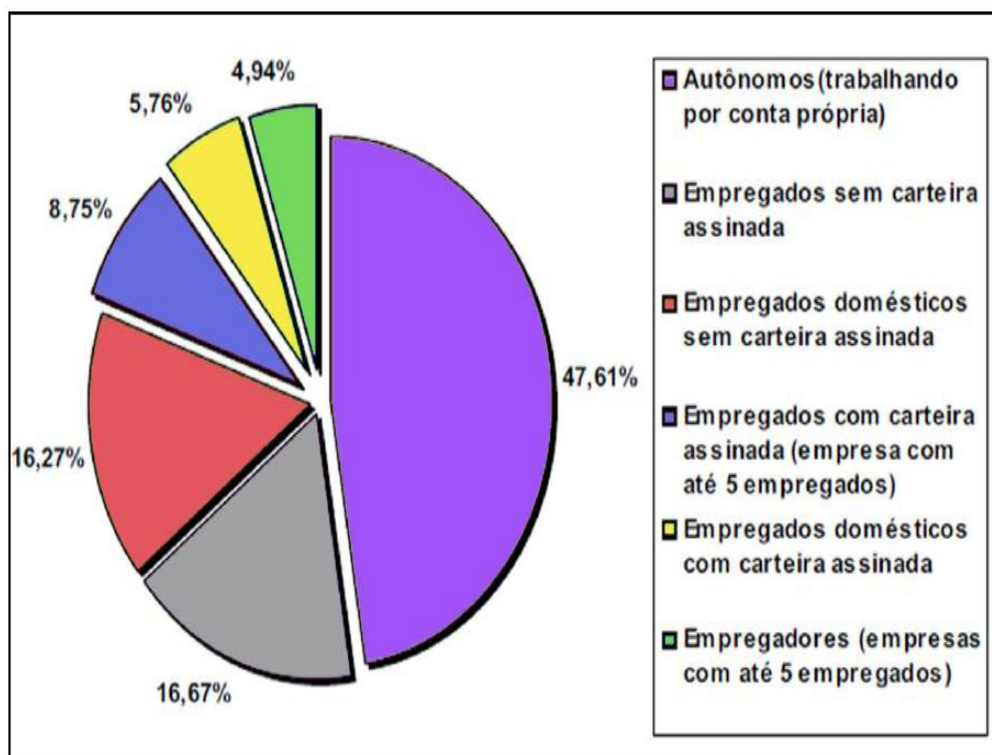


Fonte: McKinsey Consulting (2003).

Porém, em virtude da não geração de tributos aos cofres públicos, da não contribuição com os fundos de pensões esta atividade informal passa a sofrer perseguições do ente público de um modo geral, estimulando a criação de instituições fiscalizadoras, que passam a apreender mercadorias, multar os empreendedores e inibir as atividades informais, e estas são intensificadas nos grandes centros urbanos. O que por muito acaba forçando a criação de políticas públicas para desburocratização, a redução tributária e outros incentivos de tais atividades, viabilizando assim a formalização destas atividades e reduzindo assim significativamente a informalidade no país.

Esta informalidade concentra uma gama significativa da população como já foi citado anteriormente, e estes estudos deram base para a pesquisa sobre informalidade versus emprego formal no Brasil, os dados estão apresentados na figura 2 que segue:

Figura 7: Principais Segmentos de Trabalho Informal no Brasil



Fonte: Dedecca (2007).

Estudos com estes objetivos retratam a importância de pesquisas que visem mecanismos para formalização das atividades dos ambulantes e ainda políticas públicas de incentivo a estes empreendedores. No Brasil, a relevância deste tema deve-se ainda à crise econômica mundial vivida no ano de 2008, que gerou um número maciço de desemprego em todo o mundo globalizado. As instituições multinacionais acabaram por sentir mais a fundo o peso desta crise em virtude de ter como fonte pontual de receita as transações financeiras de multi-países.

A crise aumentou significativamente o quantitativo de empreendimentos, formas e informais. No Brasil, por exemplo, o empreendedorismo por necessidade, que é aquele que surge em decorrência da subsistência, foi o que mais sofreu aumento no ano em questão, em virtude deste acontecimento mundial. Fatos como este ocorrido na aldeia global fazem com que o tema “empreendedorismo” se torne cada vez mais a salutar. Deixar de enxergar o trabalho do ambulante como um trabalho informal e entendê-lo como um empreendedor, que gera renda, emprego, que movimenta mercadoria e que fomenta a economia de determinadas regiões geográficas passa a ser um grande desafio as políticas públicas de um município, estado ou mesmo País. Em Santos et.al. (2015, p. 05):

O termo “trabalho informal” pode ser conferido a inúmeras atividades que são desempenhadas à margem ou fora da legislação trabalhista, todavia a exceção de algumas ressalvas. Ao passo que o número de desempregados aumenta, cresce também o volume de pessoas que buscam se encaixar de alguma maneira no setor informal. Afinal, é um ambiente onde há vaga para todos, embora devam enfrentar as dificuldades inerentes ao setor. Isto diz respeito a um campo que absorve pessoas de ambos os sexos, com ou sem formação escolar, das mais diversas faixas etárias, entre outras tantas características que as distinguem, mas todas com um objetivo em comum: garantir uma renda financeira.

O comércio ambulante, as feiras, os artesanatos, estes tipo de atividade laboral é de grande importância para a econômica regional, em muitas economias de pequena escala este tipo de atividade já existe de forma organizada, cooperativas, associações de trabalhadores se aglutinam objetivando a cooperação mútua o que no médio ou longo prazo promove um aumento da demanda por um determinado segmento de produtos no mercado.

Ao longo da história da capital do estado do Pará, é presença constante os personagens do mercado informal, feirantes, ambulantes, camelos, com a normatização do livre comércio e com a chegada dos produtos importados este conglomerado econômico se torna ainda mais importante para a capital Belém. Este nicho de mercado acaba se tornando para algumas famílias uma atividade tradicional que acaba transpassando em gerações, alguns camelos distribuídos pelo centro da cidade possuem esquinas, quadras, a várias gerações como se donos o fossem do passeio público ou mesmo da calçada das ruas das esquinas do município.

O assunto por muito deveria ser tratado na capital com mais responsabilidade, o poder público deve ver tal crescimento desordenado da atividade informal como um fator pejorativo a economia local, porém é tido como atividade econômica corriqueira e normal, em pesquisa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socio-Econômicos DIEESE em 2015, cerca de 70% das pessoas economicamente ativa da grande Belém está exercendo a atividade laboral no mercado informal, o que hoje rendeu ao estado o famigerado codinome de “república dos camelôs”.

Portanto, em Belém do Pará, o mercado informal acaba por se tornar a válvula de escape do exército de desempregados que a cada dia aumentam em função das crises econômicas e financeiras vivida no País, somasse a isso o fato de a cidade sofrer um forte atraso indústria em função das políticas desenvolvimentistas medíocres criadas pelo governo

federal, como por exemplo, as Zonas Franca, Zonas de Livre Comércio e na atualidade Zona Franca Verde, políticas fracassadas que visam na verdade eleições e perpetuação de políticos no poder.

A região norte do Brasil necessita de políticas desenvolvimentistas sérias que visem o desenvolvimento estrutural, construção de portos, aeroportos, ferrovias, criação de parques de abastecimento de energia elétrica, condições mínimas para atrair a grande indústria global. Mesmo estando em localização geográfica privilegiada e sendo um polo de riquezas naturais, a ganância da corrupção e a falta de competência dos gestores acabam condenando a região norte e seus estados ao isolamento geográfico e a péssimas condições de trabalhos aos que lá habitam.

Nesta dissertação daremos destaque, entre as inúmeras atividades do setor informal, a Feira da Praça da República, esta existe há mais de 20 anos e traz aos domingos uma média de 1.500 pessoas que vêm em busca de artesanatos, comidas típicas, obras de arte, shows de teatro e de cantores regionais, apresentações de danças folclóricas, entre outras atividades que existem neste evento organizado pela associação dos artesãos e camelôs e pelos órgãos municipais. Desta forma o comércio que se denomina ambulante, trabalha organizado, com dia certo de funcionamento, com preços de produtos e serviços pareados, com treinamentos para melhor atender o cliente e auxílio na gestão de seus negócios.

Precisaria ainda o município intervir criando um grande espaço onde estes empreendimentos pudessem funcionar não apenas um único dia na semana, pois todos possuem necessidades diárias que o faturamento de um único dia da semana não custeia. Existem inúmeras despesas que estes empresários possuem para fazer seus empreendimentos funcionar, mão-de-obra, compra de matéria prima, impostos, entre outros. Neste sentido, referendamos a verdadeira importância da gestão pública para o desenvolvimento desta atividade e para sua formalização.

Seguindo este pensamento, Costa e Furtado (2016), verificam a necessidade de desenvolver ferramentas focadas ao ensino do empreendedorismo, que possibilitem as pessoas o desenvolvimento de habilidades e competências gerenciais empreendedoras, deixando para

traz os treinamentos tradicionais, colocando em prática uma nova metodologia de ensino e aprendizagem, visando transformar empresários tradicionais em empreendedores.

Desta forma, existe um amplo reconhecimento por parte dos analistas e economistas de que o empreendedor e o empreendedorismo são uma poderosa mola propulsora do crescimento econômico, da inovação tecnológica da geração de emprego e renda de determinada região, e estes estudos já vem de longa data. Porém foi a partir da década de 1990 que o fenômeno do empreendedorismo entrou em foco nos jornais e no meio acadêmico.

Para Costa e Dias (2015), a importância do tema está crescendo a cada dia em virtude da importância deste para o crescimento econômico do mundo globalizado. As autoridades dos países estão elaborando leis de benefício fiscal e a criação de linhas de financiamento a baixo custo, o que está cada vez mais facilitando o crescimento dos empreendimentos no mundo.

A tendência global é a escassez do trabalho tradicional, a carteira de trabalho assinada, os empregos públicos, a seguridade social, está tendendo a extinção, com o crescimento populacional desordenado, com o crescimento da população economicamente ativa PEA e com a diminuição dos postos de trabalho, as pessoas se veem com duas alternativas, ou vão se especializar para não ficarem de fora deste mercado, ou vão ter de criar sua fonte alternativa de renda, o empreendedorismo. Por isso, a tendência em todo o mundo globalizado se dará em torno da legalização das atividades dos profissionais autônomos, profissionais liberais, artesãos, entre outros que até a década passada ficavam as margens da sociedade de capital.

Nesse sentido, Lopes (2006) destaca a atividade comercial que iniciara em meados dos anos 70 na travessa da Boa Hora em Lisboa, e que em junho de 1979 por meio do decreto lei nº122/79 a câmara reconheceu a atividade e deslocou a atividade comercial para o Largo da Memória no Bairro da Ajuda, onde fora criado um espaço para mais de 250 bancas. Demonstrando assim a tendência mundial da legalização das atividades antes informais, e ainda a importância destas para a economia regional, são exímias criadoras de emprego, renda e multiplicadoras de transações comerciais.

Estas são as medidas de gestão pública que devem ser executadas pelos gestores municipais, criação de espaços definitivos, incentivos tributários, criação de tabelas de

faturamento tributável condizente com cada tipo de atividade, alugueis sociais, incubadoras de empresas financiadas, o ente público deve incentivar o empreendedorismo, no Brasil por exemplo o governo federal tendência uma fatia muito significativa do produto interno bruto PIP para o assistencialismo, e programas sociais, o que sem dúvida está focado em uma nova metodologia de “curral eleitoral”, voto em massa, e não preocupado com o desenvolvimento econômico e com a erradicação da pobreza extrema.

Políticas públicas que incentivem a criação de novos empreendimentos, com metodologias criadas objetivando a criação de arranjos produtivos locais, fortalecimento da cultura regional, do turismo, da culinária. Assim, entendemos que a feira do artesanato que ocorre todos os domingos na praça da república é de extrema importância para a economia da região, gera emprego e renda a uma fatia da PEA da capital do Pará que está fora do mercado de trabalho, e ainda corrobora com a disseminação da cultura regional, da culinária, do turismo.

Porém, precisa ainda da conscientização dos gestores públicos para a criação de um espaço físico fixo, que dê a estes empreendedores a oportunidade de abrir sua empresa formalizada, contribuindo assim com todos os tributos devidos e ainda dando a estes a dignidade econômica merecida pelo importante papel exercido por estes na economia local.

Metodologia

Os tipos de pesquisas utilizadas na elaboração deste trabalho foram à exploratória e a descritiva do tipo pesquisa de campo. Segundo Mattar (1994, p. 85), a pesquisa exploratória “visa prover o pesquisador de um maior conhecimento sobre o tema ou problema de pesquisa em perspectiva”, pode ser usada quando se quer atingir os seguintes objetivos:

- Familiarizar e elevar o conhecimento e a compreensão de um problema de pesquisa em perspectiva;
- Auxiliar a desenvolver a priori informações disponíveis relacionadas a um problema de pesquisa conclusiva a ser efetuada ou em andamento;
- Ajudar no desenvolvimento ou criação de questões de pesquisa relevantes para o objetivo pretendido;
- Auxiliar na determinação de variáveis relevantes a serem consideradas num problema de pesquisa;
- Classificar conceitos;
- Ajudar no delineamento do projeto final de pesquisa;
- Verificar se pesquisas semelhantes já foram realizadas, quais os métodos utilizados e quais os resultados obtidos;
- Estabelecer prioridades para futuras pesquisas.

Em vista do apresentado, no primeiro momento foi elaborada pesquisa exploratória em artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado, sobre Comércio Ambulante, Sobre a atividade exercida na Praça da república em Belém do Pará, sobre Empreendedorismo, sobre o Comércio Informal na Capital do Estado do Pará, visando maior familiaridade com o problema posposto.

Em um segundo momento a pesquisa foi descritiva ou explicativa. Segundo Vergara (1990, p.37), “Pesquisa descritiva ou explicativa é uma exposição das características de determinada população ou determinado fenômeno (...). Não tem, contudo, o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora possa servir de base para tal explicação”.

Quanto a pesquisa de campo de uma população de 696 comerciantes (barracas) foram aplicado o questionário do estudo em um grupo amostral de 185 comerciantes (barracas) aproximadamente 26% da população, com objetivo de identificar as variáveis importantes para nossa pesquisa. Tais questionários foram aplicados pelo próprio pesquisador (como coordenador do estudo) contando com o apoio de 20 auxiliares de pesquisa devidamente treinados para este fim, visando ao máximo a não intervenção no banco de dados para não contaminação das respostas e dos resultados encontrados na pesquisa, para tal a

coleta foi feita de uma única vez num dia de domingo no horário de 08:00 h as 11:00 h, dia em que normalmente o número de frequentadores é maior.

Utilizamos ainda como ferramenta de análise a estatística descritiva de percentual simples o que nos deu base para as discussões e análises que estão dispostas no capítulo de resultado dos dados da pesquisa de campo.

Vale ressaltar que devido o medo quanto à retaliação por parte das autoridades publicas do município, muitos empreendedores não quiseram prestar informações, ou melhor, colaborar com a nossa equipe de campo, pensando que a referida pesquisa fosse prejudicar as suas atividades no local.

Outros deixaram de prestar informações para os nossos voluntários entrevistadores, pelo fato de desconfiar, que o questionário apresentado não seria para fins de trabalho acadêmico; e sim, uma fonte de informação para a gestão municipal, o qual estaria desfaçada através de acadêmicos para posterior perseguição a determinados grupos de ambulantes, descontentes com a administração municipal de Belém do Pará. Apesar desta dificuldade conseguimos finalizar o trabalho de pesquisa de campo.

Resultados

A ferramenta aplicada deu a possibilidade de investigarmos mais a fundo as perspectivas estudadas na dissertação, em virtude das inúmeras possibilidades de respostas que tinham de ser dadas em função da complexidade da pesquisa utilizamos o artifício da caracterização e parametrização das variáveis estudadas.

QUADRO DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS ESTUDADAS

DESCREVENDO AS VARIÁVEIS ESTUDADAS		
Variável	Descrição	Questão
V1	Gênero	Q.1
V2	Idade	Q.2
V3	Quantidade de Colaboradores	Q.3
V4	Produtos Comercializados	Q.4
V5	Tempo de Trabalho	Q.5
V6	Dificuldades Encontradas no Trabalho	Q.6
V7	Pontos Positivos do Trabalho	Q.7
V8	Pontos Negativos do Trabalho	Q.8

Fonte: Elaborado pelo Autor.

Legenda: V1= variável 1, V2= variável 2, e assim sucessivamente; Q.1= Questão referente à primeira do questionário aplicado, e assim sucessivamente.

Dando continuidade ao trabalho de análise dos dados elaboramos um quadro de parametrização das variáveis para facilitar a análise dos dados obtidos conforme segue:

QUADRO PARAMETRIZANDO AS VARIÁVEIS ESTUDADAS

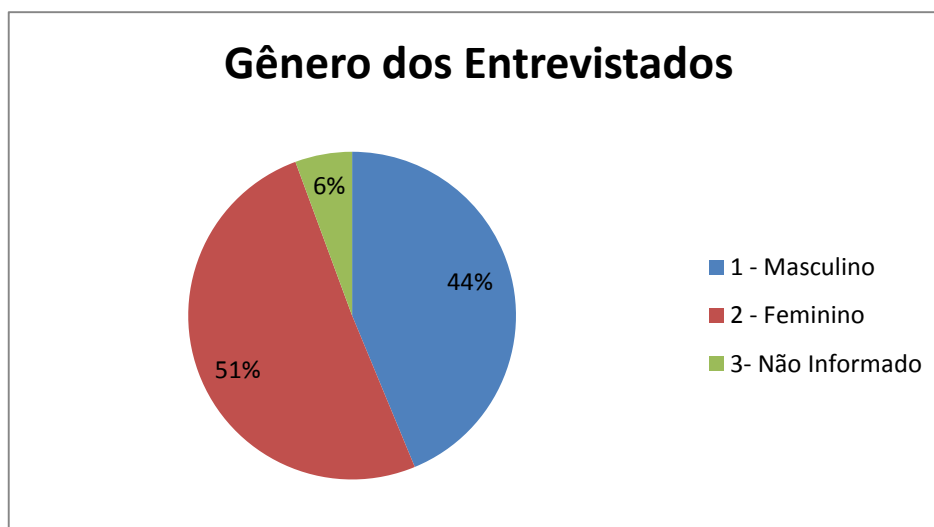
PARAMETRIZAÇÃO DAS VARIÁVEIS ESTUDADAS	
V1	1 - Masculino.
	2- Feminino.
	3 - não informado.
V2	1 - 13 a 20 anos
	2 - 21 a 35 anos
	3 - 36 a 45 anos
	4 - 46 a 55 anos
	5 - 55 a 65 anos
	6 - 65 a 75 anos
	7 - 75 a 85 anos
V3	1 - 1 a 2 pessoas
	2 - 2 a 4 pessoas
	3 - 4 a 6 pessoas
	4 - 6 a 8 pessoas
	5 - 8 a 10 pessoas
	1 - Confeccções: camisas, toalhas, almofada, redes
	2 - Artesanato: madeira, reciclado Açaí, Santos

V4	3 - Acessórios: bijouterias, Bones, Carteiras, Relógio, olhos
	4 - Diversos: Sementes: Ervas naturais; Serigrafias, Utensílios, Bordado, Esotéricos, Brinquedos, Variedades, Alimentação, Animais
	5 - Outros: Bombons, Bolsa de viagem, mochilas, Plantas medicinais, cachaça, copo, películas, côco, livros, sucata, sandália de couro e palha, sabonetes artesanais, palhas e fibras, peso de porta.
V5	1 - até 6 meses
	2 - 6 a 12 meses
	3 - 12 a 24
	4 - mais de 24 meses
	5 - Não informado

Fonte: Elaborado pelo autor;

Legenda: V1= Variável 1 conforme quadro de descrição das variáveis, 1, 2, 3 são os parâmetros de cada variável e tal numeração é referente as nomenclaturas utilizadas em cada questão; exemplo: V1. 1= Gênero Masculino, V1.2= Gênero Feminino, V1.3= Não Informado, este padrão foi abordado para todas as questões.

Gráfico 1: Estudo de relação ao gênero dos Entrevistado



Fonte: Autor

Com relação ao gênero dos entrevistados percebemos que a maioria são mulheres, resultado condizente com inúmeras pesquisas sobre o mercado informal no Brasil que sempre aponta para o mercado informal como um subterfújo da mão de obra feminina que ainda sofre os devidos pré-conceitos de uma sociedade de cultura tradicionalmente machista, e barreiras no mercado de trabalho formal. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2005, p. 29):

“o trabalho da mulher, é consequência de uma ordem de gênero (que inclui não somente o trabalho, como todas as outras dimensões da vida social) e de uma divisão social do trabalho”, que restringe ao trabalho feminino a esfera do ambiente doméstico, atribuindo a essa esfera “um valor social inferior ao mundo público”, desconhecendo seu valor econômico diante da sociedade. O trabalho da mulher por longo tempo é marcado pela desvalorização, reconhecido pelo patriarcado como inferior e, portanto de menor valor.

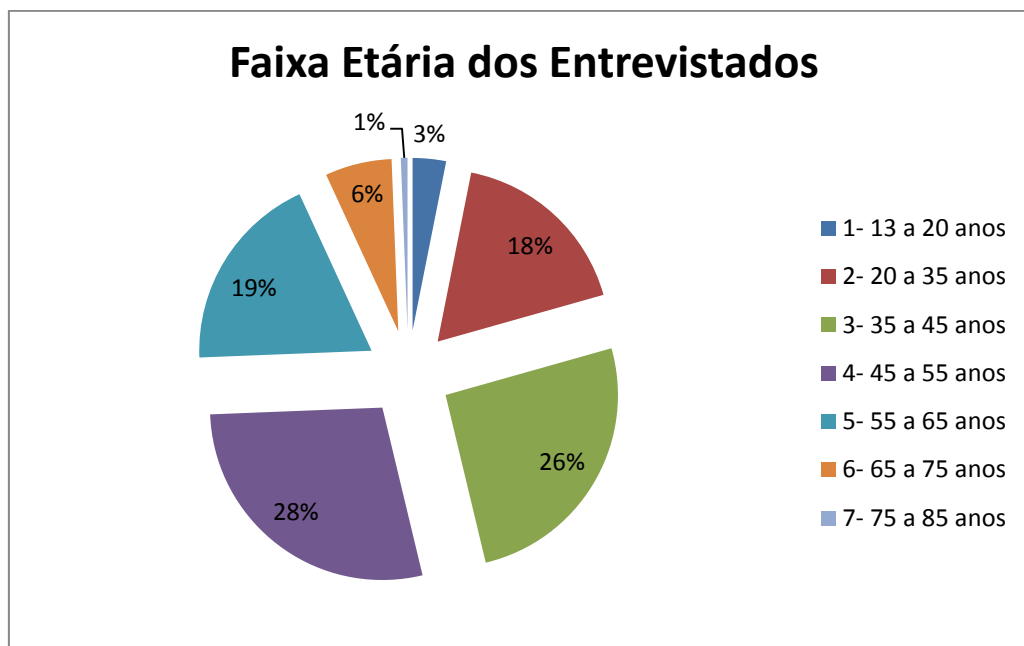
As pesquisas apontam ainda que o sexo feminino recebe menores salários, e sofrem muito mais assédio moral e sexual no mercado de trabalho. Fatos como este justificam o resultado encontrado em nossa pesquisa, onde como pode ser percebido no gráfico acima 51% dos entrevistados são do sexo feminino e 44% do sexo masculino.

Contudo não podemos deixar de destacar que este fato se configura pela importância cada vez maior da mulher no provimento de sua família, a cada década que passa identificamos de forma mais veemente a importância da mulher como provedora das famílias brasileiras, em Camarano (2008, p.1):

Em 1985, a mulher era a principal provedora em 16,4% dos domicílios brasileiros. Em 2006 a proporção comparável foi de 25,6%. Mais expressivo foi o aumento da proporção de mulheres conjugues que contribuem para a renda das famílias. Passou de 32,5% para 64,5%. No conjunto, entre 1992 e 2006, a contribuição da renda das mulheres na renda das famílias brasileiras passou de 30,1% para 40,1%.

A grande preocupação se dá pelo fato desta mão de obra está atuando no mercado informal, e sobre as consequências futuras trazidas por tal atividade, no presente este fato garante a estas trabalhadoras sua subsistência, porém em alguns casos no futuro próximo não traz garantia de uma “terceira idade” com o mínimo necessário para viver com dignidade.

Gráfico 2: Estudo da Faixa etária dos entrevistados



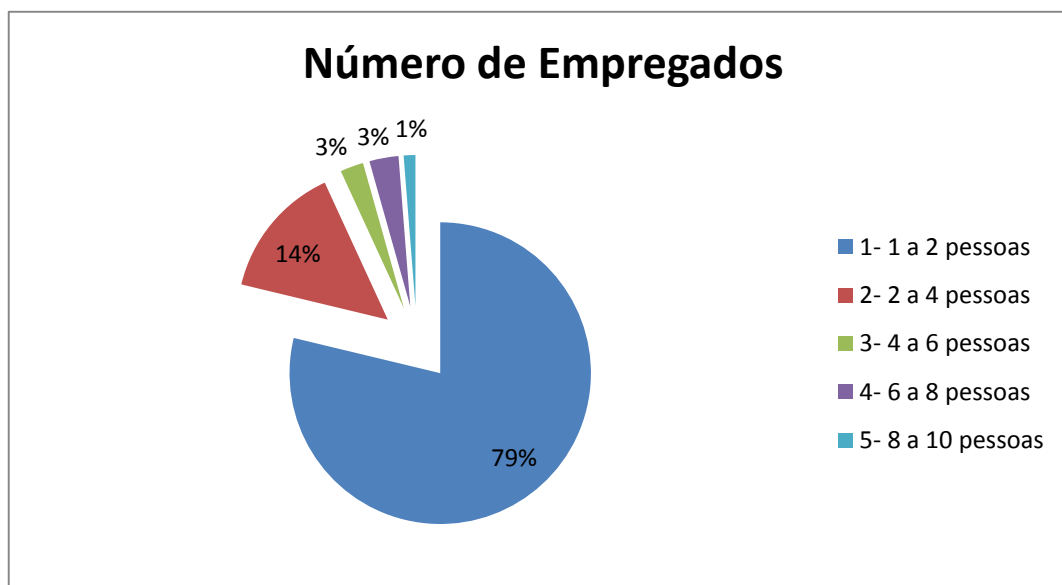
Fonte: Autor da pesquisa

Analisando isoladamente cada parâmetro percebemos certa harmonia entre as faixas etárias da população pesquisada, porém quando de uma análise compacta, dando prioridade à faixa etária da população economicamente ativa PEA percebemos que esta é de 72% da população entrevistada, ou seja, pessoas entre 20 a 55 anos de idade, este dado é alarmante tendo em vista que se tratam de empreendedores informais, é uma camada da PEA que não recolhe seus tributos obrigatórios, sejam eles trabalhistas ou mesmo empresariais, o que no longo prazo provocará um colapso nos sistemas de previdência social como já observamos hoje no país.

Este fato está sendo observado em um complexo de feira organizado na capital do Estado do Pará, deixando claro que mesmo com a devida organização por parte da prefeitura e das associações, não se tem a devida preocupação com o futuro deste cidadão, se perpassarmos então para outros eventos, feiras, e avenidas da cidade que estão repletas de ambulantes, será percebido a gravidade da situação encontrada na capital do estado do Pará, com relação ao assunto informalidade e impacto social.

Todavia, os dados refletem a pesquisa bibliográfica dissertada neste trabalho, onde em pesquisa detectamos que mais de 55% da PEA da capital paraense encontrasse atuando no mercado de trabalho informal, como ambulante, ou artesão, ou camelô, o que exige de imediato, políticas públicas que propiciem a estes empreendedores condições estruturantes de trabalhos, de formalização de suas atividades e de fomento financeira com juros que condicionem o crescimento no médio prazo.

Gráfico 3: Geração de Emprego e Renda



Fonte: Autor da pesquisa

Com relação à geração de emprego e renda, percebemos por meio do gráfico acima que a feira é uma atividade que contribui para a economia e fomenta o desenvolvimento de emprego e renda na capital, percebe-se que 79% dos entrevistados responderam que seus empreendimentos geram entre 1 a 2 empregos, e 21% que geram entre 2 a 10 empregos, porém, devemos ressaltar que são empregos informais, mais uma vez chamando a devida atenção para a gestão pública com relação ao longo prazo destes trabalhadores que exercem sua atividade laboral não tendo seus direitos trabalhistas garantidos.

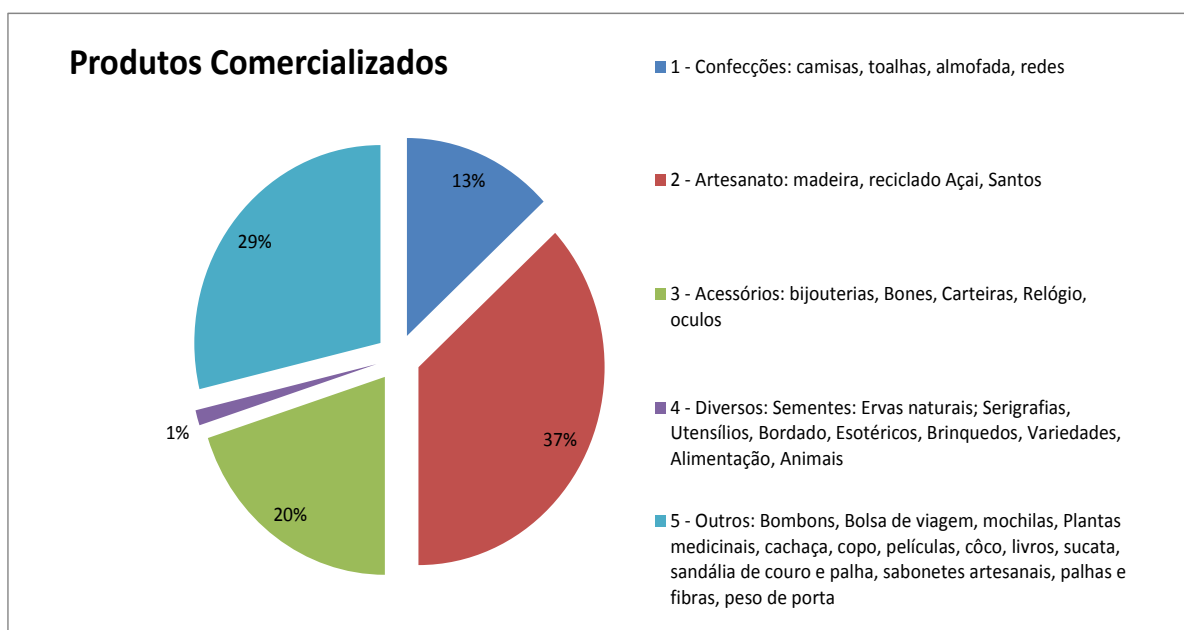
Considerando a importância da atividade laboral para o desenvolvimento social do ser humano, Ouriques e Ramos, (2006, p.142,143), destacam que “o emprego representa o elo entre uma pessoa e o mercado de trabalho, pode-se afirmar que o emprego torna-se elementar para manter as pessoas incluídas no circuito social. O emprego é o meio através do qual o indivíduo, na sociedade capitalista contemporânea, ascende ao status de cidadão.”

Contudo, é importante destacar que a atividade contribui significativamente na geração de emprego e renda na cidade de Belém, a feira leva aos domingos para a praça uma média de 400 (quatrocentos) negócios ambulantes, o que nos dá um número imediato de 400 (quatrocentos) empregos diretos, levando em conta a informação de que a maioria absoluta dos entrevistados possui 2 (dois) funcionários em um cálculo simples chegaríamos a mais 800 (oitocentos) postos de trabalhos. Damos destaque à informalidade destes empregados, porém economicamente fatos como este são “mal necessários”, na visão de Gorz (1988, p.69):

(...) Emprego estável só será assegurado a um núcleo de trabalhadores de difícil substituição em função de suas qualificações, de sua experiência e de suas responsabilidades. Ao redor deste núcleo estável gravitará um núcleo variável de trabalhadores periféricos, engajados por um prazo limitado, pouco qualificados e, portanto, substituíveis(...).

Levando estes dados em consideração frisamos mais uma vez a importância de se motivar tal atividade a tornar-se perene, diária, por isso, a importância da criação de um mercado popular que abrigasse estes empreendedores.

Gráfico 4: Itens Comercializados



Fonte: Autor da Pesquisa

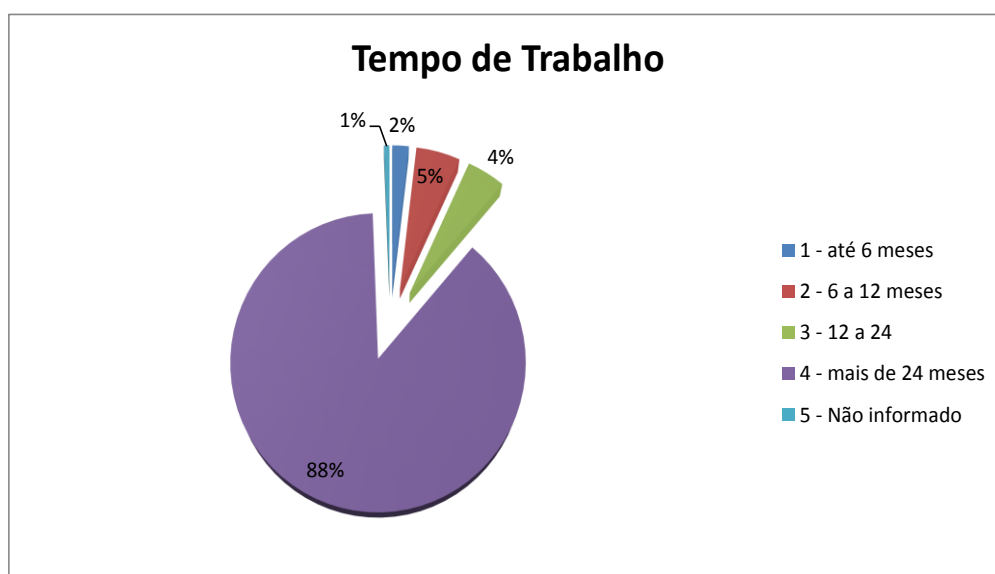
Quanto aos itens comercializados, destacamos que a proposta inicial da feira foi de estimular, ou dar visão aos produtos locais, desenvolvidos pelos artesãos e pequenos produtores da região que não tinham como divulgar seus trabalhos e nem onde comercializá-los, no decorrer dos tempos foram juntando-se ao movimento os artistas em geral, pintores, desenhistas, dentre outros. Porém, com o passar dos tempos os camelôs e ambulantes que comercializam produtos de origens duvidosas passaram a frequentar a feira e também comercializar seus produtos “made in china”. Em nossa pesquisa podemos identificar que 20% dos entrevistados comercializam este tipo de produtos, bijuterias industrializadas, bonés de marcas famosas, porém sem o padrão de originalidade, brinquedos sem o padrão exigido pelo IMETRO, relógio de mesmas descrição, entre outros produtos de origem duvidosa.

Este tipo de atividade é considerado no Brasil como contravenção penal, e deve ser combatida com as medidas legais cabíveis, é inaceitável que atividades de comercialização

ilegal funcionem em uma capital em um evento organizado pela Prefeitura do Município, demonstrando a omissão do ente público em cumprir seu verdadeiro papel como gestor público.

Todavia, a maioria absoluta 80% das atividades no universo pesquisado são de atividades que atendem a proposta da feira, comercialização de produtos regionais, com grande destaque para o artesanato de matéria prima da região ou mesmo de itens recicláveis com 37% dos entrevistados, citamos ainda a forte presença dos alimentos, vestuários, imagens de santos, pinturas e gravuras, todos estes oriundo da mão de obra local, dando vazão à produção de bens de consumo que divulgam a cultura marajoara como é denominada a cultura paraense.

Gráfico 5: Horizonte temporal da atividade



Fonte: Autor da pesquisa

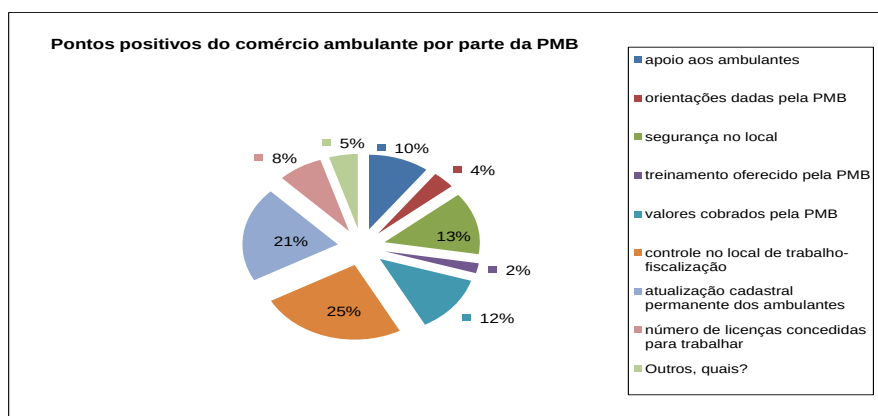
Tratando do horizonte temporal laboral, percebemos que a maioria absoluta dos empreendedores, 88% já exercem atividade na feira a mais de 24 meses, isso demonstra uma clara responsabilidade para com o empreendimento ou para com sua fonte de renda, estes trabalhadores iniciam as suas atividades de montagem de suas barracas na sexta feira, e permanecem na praça da republica por aproximadamente 48 horas ininterruptas, dormindo na localidade para assegurar a integridade de suas mercadorias para só aos domingos serem autorizados a realizar a devida comercialização dos mesmos.

Estes empreendedores disponibilizam seus fins de semana para exercerem as suas atividades laborais, trocando assim o convívio familiar pelo dinheiro que garante a sua

subsistência. De certo que o trabalho é de total importância para estas pessoas, porém como fora percebido em nossas entrevistas existe um descaso por parte da gestão pública em construir condições mínimas necessárias para o crescimento destes empreendedores, a criação de um ambiente estrutural que viabilize suas atividades de forma constante, diária, possibilitando a estes a oportunidade de crescimento.

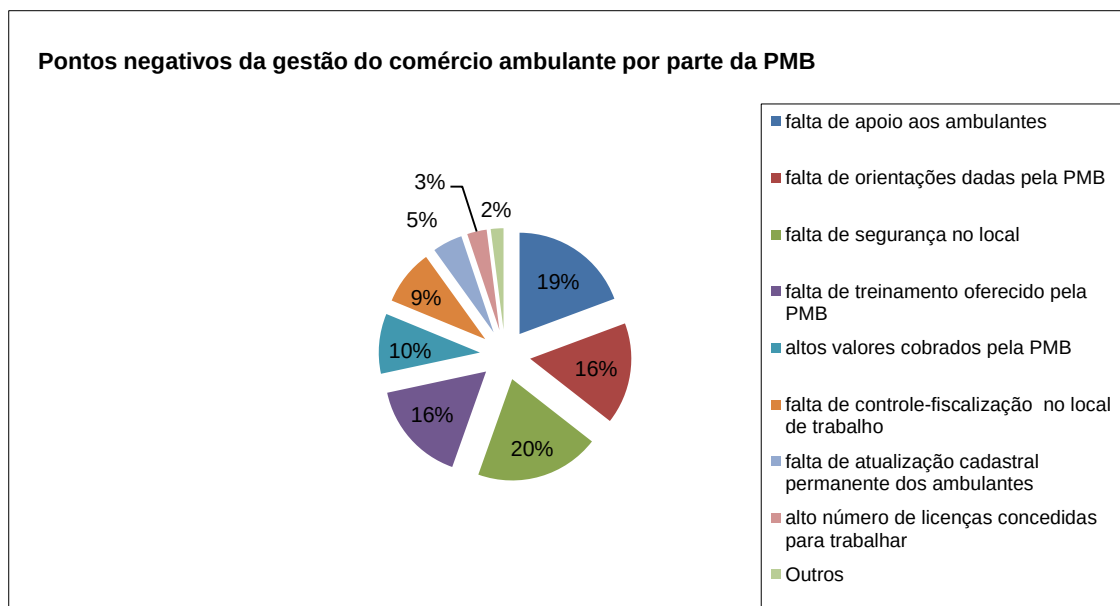
Outro fato muito importante que este dado nos traz, é a maturidade dos negócios, pesquisas do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas empresas apontam para as altas taxas de falência de micro e pequenas empresas no período inicial, ou nos primeiros 12 a 24 meses de atividade, e como foi detectado em nossa pesquisa, a maioria absoluta das empresas já passou por esse período crítico, demonstrando que este empreendedor possui maturidade empresarial para formalização de seu negócio e possível investimento para atuar como um empresário formal no mercado empresarial da cidade de Belém.

Gráfico 6 – Pontos Positivos do Comércio Ambulante por Parte da PMB



Fonte: Autor da pesquisa

Gráfico 7: Pontos Negativos da Gestão do Comércio Ambulante por Parte da PMB



Fonte: Autor da Pesquisa

Quanto aos pontos positivos e negativos relacionados à gestão pública municipal, podemos perceber que ao mesmo tempo em que os entrevistados citavam tais pontos como ponto positivo na aplicação da ferramenta de questionário, estes já eram citados também como pontos fracos, existe na verdade uma vontade da prefeitura municipal de Belém em parceria com as associações dos empreendedores em fazer uma atividade organizada, porém a ingerência e a falta de competência técnica deixam claro nas respostas dos entrevistados que os mesmos não conseguem atender tais objetivos.

Fatores como a falta de fiscalização, segurança, apoio ou parceria, as altas taxas cobradas ou mesmo um simples banheiro público para que os empreendedores possam ter o mínimo de estrutura para desenvolver suas atividades laborais, não se tem, porém as tarifas, estas são cobradas com uma eficiência que poderia ser modelo de gestão pública nos países mais desenvolvidos, porém existe a clara falta de competência destes gestores quando da aplicabilidade dos recursos recebidos.

Esses fatores fazem com que no desenvolvimento da Matriz de SWOT os pontos descritos como forte pelos entrevistados acabem não gerando estratégias para tomada de decisão. Porém, a pesquisa revela tais problemas estruturais que vem sendo citado deste a pesquisa bibliográfica desta dissertação e que ainda pode ser utilizada como apoio aos gestores municipais para desenvolvimento de um plano de melhoria das atividades destes empreendedores, para que no futuro traga melhoria na qualidade de vida no trabalho destas pessoas, e também faça com que a feira cumpra melhor seu papel na sociedade Paraense.

Conclusão

Ao finalizarmos o estudo podemos confirmar que os objetivos propostos no estudo foram plenamente alcançados, ressaltando que houve muita receptividade por parte dos pesquisados, os quais se mostraram motivados em responder, apesar de alguns casos temerem sermos funcionários da prefeitura na busca de informações dos comerciantes, neste caso levando inicialmente à pouco entusiasmo por parte dos pesquisados para responder as perguntas.

Podemos afirmar que o estudo trouxe grandes contribuições pessoais e profissionais ao pesquisador, as quais poderão contribuir para elaborar, em breve, uma proposta para outras prefeituras, em especial a prefeitura de Macapá, atual local de residência do pesquisador, que carece de desenvolver o turismo local tendo como uma das possibilidades o artesanato local.

Era grande a nossa expectativa antes de iniciar o estudo face a tradição do comércio pesquisado, e a mesma foi confirmada com o desenvolvimento da pesquisa, e que gerou novas perspectivas para o aprofundamento deste estudo, desenvolvimento de outros, e em especial um grande estudo diagnóstico, a partir deste, e a possibilidade de reaplicação do mesmo na cidade de Macapá.

Temos que reconhecer que a principal limitação deste estudo está na amostra do mesmo, pois entendemos que deveríamos ter ampliado a mesma para uma melhor contextualização do estudo.

Acreditamos que o trabalho finalizado poderá de alguma forma contribuir para que a gestão do município de Belém do Pará, e demais regiões do Brasil, para aprimorar a qualidade dos serviços prestados na atividade do mercado ambulante pelos empreendedores individuais, criando melhores incentivos e acima de tudo, incentivá-los ao enquadramento dentro do mercado formal, apontando os pontos positivos e negativos que possam atender as necessidades e demandas dessa atividade, além de expandir esse nicho com uma maior excelência.

Por outro lado com as análises dos resultados apresentados, estes possam servir de termômetro para os empreendedores que ainda não tiveram esses números como dados necessários para as tomadas de decisões. Pois, o Brasil passa por uma grande crise econômica, institucional e existencial, fazendo com que muitos empresários sufocados pelas grandes tarifas tributárias e encargos sociais, estejam falindo ou diminuindo os seus padrões empresariais, ou até mesmo criando alternativas para sobreviver em seus negócios.

Sabemos que o momento atual é de austeridade nas finanças empresariais e resseção econômica. Porém, diante do trabalho apresentado, o mesmo poderá contribuir na fomentação dos Micros Empreendedores Individuais do país, ou até mesmo resgatar empreendedores que estão na informalidade, às vezes desconhecendo as novas leis que foram adotadas para facilitar a legalização dessas atividades que estão anônimas para com as autoridades brasileiras, incentivando estas a entrar para o mercado formal.

E finalmente entendemos que a Prefeitura Municipal de Belém deve realizar uma ampla avaliação da atual forma de gestão do complexo pesquisado, pois entendemos que os resultados, e especial os aspectos negativos, podem ser melhores geridos visando uma mais valia deste importante projeto de gestão pública municipal.

Referências

Andrade, Nilton de Aquino. Contabilidade Pública na Gestão Municipal. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

Andrade, Valcir Rubens Oliveira de. 2011. Antônio Lemos e as Obras de Melhoramentos Urbanos em Belém: A Praça de República como Estudo de Caso. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PROArq/UFRJ.

Barcelos, K.S.M; Carvalho, N.M.R. O uso do controle interno preventivo na melhoria da gestão pública tocantinense. Conselho Nacional de Controle Interno, 2012. Vitória-ES. Disponível em: www.conaci.org.br; acesso em: 02/05/2016.

Baschet, Jérôme; A civilização Feudal: do ano 100 a colonização da América. Tradução Marcelo Rede. São Paulo: Globo, 2006.

Camarano, Ana Amélia. As novas mulheres brasileiras. Disponível em: Acesso em 05/05/2016.

Chiavenato recursos humanos: o capital humano das organizações. 8ª ed. São Paulo: atlas, 2004.

Chiavenato, Idalberto. Administração geral e pública. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

Cohn, Amélia. “Os governos municipais e as políticas sociais”. In: Soares, José Arlindo e Caccia-Bava, Silvio (orgs.). Os desafios da gestão municipal democrática. SP, Cortez, 2000, pp. 143-192.

Costa, Robson Antonio Tavares, A Importância do treinamento Empresarial para a Formação de Empreendedores: Um Estudo com Base no Empretec-Amapá. Estação Científica, Macapá, v. 5, n. 1, p. 69-83, jan./jun. 2015.

Costa, Robson Antonio Tavares, Furtado, Carli Brighth Reis Araújo; Empreendedorismo: Características, Habilidades e Competências. REGMPE, Brasil-BR, V.1, Nº2, p. 22-42, Mar./Abr.2016

Costa, Robson Antonio Tavares; Dias, Marcely Araújo da Silva; Formação de Empreendedores para Abertura de Micro e Pequenas Empresas: “Estudo de Caso EMPRETEC-Amapá”. Rev. de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia, 2(1): 3-14, 2015.

Costa, V. M. F. O novo enfoque do Banco Mundial sobre o Estado. Revista Lua Nova, n. 44, p. 5-26, 2000.

Cretella JUNIOR, J. Primeiras lições de direito. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

Dedecca, CLÁUDIO Salvadori. Setor Informal e informalidade no Brasil. Ciência Hoje. Revista de Divulgação Científica da SBPC, Rio de Janeiro, v. 39, n. 234, p. 18-23, jan./fev. 2007.

Diniz, E. Crise, reforma do Estado e governabilidade: Brasil: 1985–1995. 2. ed. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2000. Cap. 3, p. 175-201.

Espíndola, Ruy Samuel. Conceito de princípios constitucionais. São Paulo: Forense, 2009.

Flores, Paulo César. Controladoria na Gestão Governamental. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006.

Gorz, André. Métamorphoses du travail: quetê du sens. Paris: Galilée, 1988.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais – Uma análise das condições de vida da população brasileira, 2012.

Increasing productive employment in Kenya. Genebra, 1972.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/ MTE - Ministério do Trabalho e Emprego. 2014

Leão, Netuno. Belém Sustentável 2007/Netuno Leão, Carla Alencar, Adalberto Veríssimo. – Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2008.

Lopes, Daniel Seabra; *Mercados Encobertos: Os Ciganos de Lisboa*, Etnográfica. Lisboa; Vol. X (2), 2006, pp. 319-335.

Magro, Dalva; Pinto, Marli Dias de Souza; Os efeitos da nova gestão pública na produção de conhecimento científico; Revista de Gestão e Tecnologia, Florianópolis-SC, v.2, n.2, p.78-89, jul/dez. 2012.

Marx, Karl, O Capital, Critica da Economia Política. Livro Primeiro: Processo de Trabalho e Processo de Produzir mais-valia. 7.ed. Rio de Janeiro: Difel, 1982. Vo.1.

Mckinsey Consulting e Company. Eliminando as Barreiras ao Crescimento Econômico e à Economia Formal no Brasil. São Paulo, 2003.

Meirelles, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 33 ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

Nascimento, I.S. Silva, T.V.S., Medeiros, T.S. UMA DISCUSSÃO ACERCA DO TRABALHO INFORMAL NO CENTRO COMERCIAL DE BELÉM – PA. IV Jornada Internacional de Politicas Publicas, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: http://www.observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com_content&view=article&id=576&Itemid=114&lang=pt. Acesso em: 03/05/2016.

Novaes, W. Pesquisa em economia no Brasil: Uma avaliação empirica dos conflitos entre quantidade e qualidade. RBE, Rio de Janeiro, v. 62, n. 4, p.467-495, out./dez. 2008.

OIT – Organização Internacional do Trabalho (OIT). Employment, incomes and equality: a strategy for OIT. Manual de Capacitação e Informação sobre Gênero, Raça, Pobreza e Emprego. Módulo 1- Tendências, problemas e enfoques: um panorama geral. Disponível em: Acesso em 04/05/2016.

Ouriques, Helton Ricardo; RAMOS, Ivonete da Silva. Trabalho feminino no terceiro setor: mito da emancipação feminina. In: PIMENTA, Solange Maria ; SARAIVA, Luiz Alex Silva ; Corrêa, Maria Laetitia. Terceiro Setor: dilemas e polêmicas. São Paulo: Saraiva, 2006.

PALUDO, Augustinho Vicente. Administração Pública: teoria e questões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

Paludo, Augustinho Vicente. Administração Pública: teoria e questões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

Pamplona, João Batista; Mercado de Trabalho, Informalidade e Comércio Ambulante em São Paulo, R. bras. Est. Pop., Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 225-249, jan./jun. 2013.

Pires, Válber de Almeida (2008). Os camelôs e a sociedade: um estudo dos camelôs do centro comercial de Belém pelo enfoque teórico da integração. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Planejamento do Desenvolvimento, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.

PORTALDATRANSPARÊNCIA. Disponível em <www.portaldatransparencia.gov.br> Revista dos Tribunais, 2002.

Riami, Maurício Ratajczyk; O Princípio da Eficiência na Administração Pública, FESP- Trabalho de Conclusão de Curso, João Pessoa-2013. Disponível em: www.fesp.com.br/bibliotecavirtual. Acesso em 20/04/2016.

Rocha, Daiana Francieli e Oliveria, Telma Ferreira. A Contribuição do Controle Interno para uma Gestão Pública Municipal Eficiente, VII Encontro de Produção Científica e Tecnológica; Paraná, Outubro 2012.

Salles, Helena da Mota. Gestão Democrática e Participativa. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília: CAPES: UAB 2010.

Santana, Saionária. A Importância da Auditoria Governamental no controle das contas públicas municipais. Disponível em <<http://www.webartigos.com/articles/29257/1>>. Acesso em: 14 de Set. 2011.

Santos, J.T.T., Cortês, J.M.M., Carneiro, M.C., Santos, J.P.; EMPREENDEDORISMO E CRIATIVIDADE NO SETOR INFORMAL: o caso dos ambulantes da praia de Boa Viagem – PE. XII SEGET – Simpósio de Excelência de Gestão e Tecnologia – Pernambuco-PE. 2015. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/>. Acesso em: 03/05/2016.

Santos, M.; O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países desenvolvidos. 2º ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

Secchi, Leonardo; Modelos Organizacionais e Reformas da Administração Pública, Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro-RJ, v. 43, n.2, p. 347-369, mar./abr. 2009.

Secretaria Executiva de Ciência , Tecnologia e Meio Ambiente – Núcleo de Hidrometeorologia. Precipitação Pluviométrica (2000/2005). Disponível em: http://www.para30graus.pa.gov.br/precipitacoes_mensal.htm. Acesso em: 20/04/2016.

Silva, G.M., Santos, L.F. O MERCADO INFORMAL EM BELÉM - A TERRITORIALIDADE DOS AMBULANTES. Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Crise, práxis e autonomia: Espaços de resistência e de esperança, espaço de dialogo e praticas. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://www.agb.org.br/xvieng/anais/index.html>. Acesso em: 03/05/2016.

Silva, Luiz Flavio Costa; A Importancia da Feira Livre no Município de Belém-PB para os moradores da região. Paraíba-PB, 2014; disponível em: www.uepb.br/bibliotecadigital . Acesso em: 14/04/2016.

Tavares, Maria Augusta. Os fios (in) visíveis da produção: informalidade e precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo. Rio de Janeiro, UFRJ, 2002.

Vedana, Viviane; Fazer a Feira e Ser Feirante: A Construção Cotidiana do Trabalho em Mercados de Rua no Contexto Urbano, Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 19, n. 39, p. 41-68, jan./jun. 2013.

<http://www.etco.org.br/user_file/ETCO_McKinsey_Diag_Informalidade.pdf>. Acesso em: 20 de abril de 2005. 2016. Acesso em: 14 Abr. 2016.